

INTERESSE NACIONAL

ANO 13 • NÚMERO 50 • JULHO – SETEMBRO 2020 • R\$ 30,00

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

A Crise e o Papel do Estado

André Lara Resende

Pandemia, Quarentena e Recessão: Novos Grandes Desafios para o Brasil

Paulo Skaf

Os Problemas Sociais da Covid-19

José Pastore

A (Re)Construção do Estado Social Brasileiro: Políticas Públicas e Reformas

Maria Paula Dallari Bucci

E Quando Acabar, a Educação Volta a Ser Como Antes?

Claudio de Moura Castro

Notas Sobre a C&T no Brasil Depois da Pandemia

Carlos Henrique de Brito Cruz

Hernan Chaimovich

Luiz Nunes de Oliveira

Renato H.L. Pedrosa

Roberto G.S. Berlinck

Por Que e Como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Podem Ajudar

Jorge Arbache

Marcelo dos Santos

A Reconstrução do Brasil Depois da Covid-19

Rubens Barbosa

ISSN 1982-8497



INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 13 • Número 50 • Julho-Setembro de 2020

Editora

Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	Leda Paulani
Carlos Eduardo Lins da Silva	Luís Fernando Figueiredo
Cláudio Lembo	Luiz Bernardo Pericás
Claudio de Moura Castro	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Cláudio R. Barbosa	Miguel Lago
Daniel Feffer	Raymundo Magliano
Demétrio Magnoli	Renato Janine Ribeiro
Eugênio Bucci	Ricardo Santiago
Gabriel Cohn	Ronaldo Bianchi
João Geraldo Piquet Carneiro	Roberto Livianu
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Gregori	Sergio Fausto
José Luis Fiori	

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto
editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2020

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.sxc.hu

Sumário

ANO 13 • NÚMERO 50 • JULHO-SETEMBRO DE 2020

6 Apresentação

ARTIGOS

9 A Crise e o Papel do Estado

ANDRÉ LARA RESENDE

“Não há como enfrentar a crise provocada pela pandemia sem a ação do Estado. Quando há capacidade ociosa e desemprego, quando o país não tem dívida externa e o balanço de pagamentos é superavitário, o governo pode e deve investir de forma inteligente, sem se preocupar com a fonte de recursos.” Lara Resende considera que a reação do governo está muito aquém do necessário em matéria de política econômica. “O dogmatismo fiscalista, a crença equivocada de que é sempre preciso equilibrar o orçamento fiscal sob risco de quebrar o Estado, torna ainda mais difícil a aprovação e a implementação das políticas necessárias.” Para Lara Resende, “uma reversão, ainda que parcial, da hiperglobalização será inevitável. A vulnerabilidade do sistema de produção globalizado ficou evidente, não apenas do ponto de vista dos estados nacionais, mas também das empresas, que mesmo em tempos menos atribulados, tinham visto a gestão das cadeias de fornecido-

res se transformar em um ponto crítico. A produção globalizada não deverá ser completamente revertida, mas haverá um reequilíbrio, com maior peso para a produção local. A desindustrialização nacional, levada ao paroxismo, será certamente reavaliada”.

11 Pandemia, Quarentena e Recessão: Novos Grandes Desafios para o Brasil

PAULO SKAF

O maior impacto da crise da Covid-19 ocorrerá no 2º trimestre. “Por isso, devemos ampliar os esforços para apoiar empresas e famílias. Garantir a oferta de crédito é essencial neste momento, dando fôlego para atravessarmos este período de turbulência e garantindo a manutenção do emprego e do consumo.” As linhas de crédito criadas até o momento foram no sentido correto, mas é necessário aumentar o seu alcance. A projeção do PIB neste ano era de menos 6,48% no dia 8 de junho. Para 2021, o mercado prevê um crescimento que não recupera as perdas em 2020, com as projeções para a variação do PIB no próximo ano em 3,5%. Para a indústria de transformação, a nossa projeção é de um recuo ao redor de 8% neste ano e um crescimento da ordem de 4,1% em 2021, diz Skaf.

19 Os Problemas Sociais da Covid-19

JOSÉ PASTORE

O Banco Mundial indicou que a crise da Covid-19 afetará os países emergentes por cinco anos, sendo que no Brasil, a redução do trabalho e renda atingirá mais de 80% dos brasileiros. Prevê-se uma recessão gravíssima, prolongada e inédita, analisa o especialista. Entre abril e maio de 2020, os pedidos de recuperação judicial subiram 70% e as falências, 30%. O governo passou a acenar com novas injeções de crédito para capital de giro. Apesar disso, firmas de pequeno porte passaram a demitir muitos empregados. Antecipa-se uma escalada do desemprego e forte queda de renda para 2020-21. Milhões de brasileiros ficarão sem emprego, sem recursos e sem perspectiva de trabalho nesse período.

23 A (Re)Construção do Estado Social Brasileiro: Políticas Públicas e Reformas

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

O grande tema da agenda da reconstrução, o papel do Estado, deve ser tratado nos marcos da Constituição de 1988, em que atualmente já se defrontam duas posições. Para além da antiga disputa econômica entre o equilíbrio fiscal e a ampliação do gasto público para minimizar os efeitos da desigualdade estrutural, as tensões políticas entre as duas visões deverão ficar mais evidentes. As propostas de aumento da tributação dos mais ricos, em linha com o que vem sendo de-

batido nos países europeus como fonte de custeio de um direito à renda básica permanente e de mecanismos de proteção do trabalho, devem reforçar tensões de classe sobre a atuação do Estado.

28 E Quando Acabar, a Educação Volta a Ser Como Antes?

CLAUDIO DE MOURA CASTRO

Todas as revoluções bombasticamente anunciadas levaram a nada. A escola esmagou as tentativas de mudar a sua sala de aula. Assim fracassou o cinema, o rádio, o computador e o que mais apareceu pela frente. Dentro da escola, apenas sobrou um avanço digno de nota: é o computador para processar dados administrativos, financeiros e acadêmicos. É um sucesso, mas nada tem com educação. Como resultado da pandemia, cairá por terra o mais atávico tabu na educação: a introdução de modernas tecnologias nas salas de aula do ciclo acadêmico – uma barreira em quase todos os países.

33 Notas Sobre a C&T no Brasil Depois da Pandemia

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ

HERNAN CHAIMOVICH

LUIZ NUNES DE OLIVEIRA

RENATO H. L. PEDROSA

ROBERTO G. S. BERLINCK

Como se tem visto, a relevante contribuição da ciência brasileira à mitigação da pandemia se deve à existência de pesquisadores treinados em ciência fundamental relacionada aos temas rele-

vantes. Muitos dos desafios sociais atuais, bem como problemas futuros ainda desconhecidos, vão exigir que, ao lado de projetos aplicados, o investimento em ciência fundamental mundialmente competitiva seja mantido. O desafio é achar como. A busca pela solução minimiza barreiras disciplinares. Por exemplo, os revezes na luta contra a disseminação da Covid-19 nas regiões metropolitanas mais pobres mostraram que a ausência de planejamento com a participação de ideias e conhecimentos vindos das humanidades e ciências sociais empobrece e desarticula o trabalho.

39 Por Que e Como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Podem Ajudar

JORGE ARBACHE

MARCELO DOS SANTOS

O artigo menciona iniciativas públicas e privadas dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD), para reduzir os impactos sanitários e nas economias da pandemia do novo coronavírus. Do lado público, apesar das restrições orçamentárias, foram tomadas, e ainda estão sendo implementadas, medidas tanto em nível fiscal como monetário para prover liquidez e evitar dificuldades e falências nos sistemas produtivos. Do lado privado, as empresas têm feito enormes esforços de adaptação e adequação ao novo cenário e estão adotando de forma ace-

lerada novas práticas operacionais, de gestão e tecnológicas. Os BMD estruturaram programas para apoiar os países membros e clientes privados na fase mais aguda da pandemia; agora, estão trabalhando para apoiá-los na fase de recuperação. Os bancos mobilizaram vultosos recursos e os colocaram à disposição dos governos em operações de avaliação e desembolso rápidos a taxas atrativas.

44 A Reconstrução do Brasil

Depois da Covid-19

RUBENS BARBOSA

A recuperação do Brasil não vai ser rápida, nem o país sairá mais forte, como alguns anunciam. Ela vai depender, em especial, de dois fatores: a forma como a economia global vai voltar a crescer; o tempo que demorará para voltar a um mínimo de normalidade e, em especial, o grau de preparação interna para as medidas que deverão ser tomadas para criar condições de retomada da atividade econômica. Os efeitos sobre o Brasil hão de perdurar por muito tempo, caso medidas drásticas não forem tomadas. É tempo de repensar nossas vulnerabilidades e aproveitar para passar o Brasil a limpo, de modo a modernizá-lo com menor desigualdade regional e social. E também definir o lugar do Brasil no mundo e sua inserção de forma competitiva nos fluxos dinâmicos do comércio internacional.

Apresentação



“A pandemia romperá o mais atávico tabu na educação: a introdução de modernas tecnologias nas salas de aula do ciclo acadêmico, uma barreira em quase todos os países”, aposta Claudio de Moura Castro, economista, professor e especialista em educação.

“O liberalismo primário, que hoje pauta a política econômica no país, será imperiosamente revertido. Será uma oportunidade para revalorizar o Estado e a política, para transformar o nosso Estado cartorial e patrimonialista num Estado eficiente e a favor da população”, antevê André Lara Resende, economista, ex-presidente do BNDES e ex-diretor do Banco Central.

“Os impactos sociais da Covid-19 serão de longa duração. O desemprego será brutal. As regras de flexibilização trabalhista terão de ser prorrogadas. Elas perderão potência com o avanço da crise. O problema do déficit fiscal por elas gerado terá de ser resolvido no futuro. Os brasileiros em geral ficarão mais pobres e mais desiguais”, resume José Pastore, professor na Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (USP).

Nesta pandemia, se exacerbam todas as percepções sobre a realidade. A edição 50 reflete a preocupação com a marcha à ré da economia e das conquistas até aqui alcança-

das. Os artigos também mencionam os desafios com os quais conviveremos por um bom tempo e lançam ideias e sugestões para a reconstrução do Brasil.

De repente, o novo vírus, altamente contagioso, alterou de forma inédita os padrões sanitários, de costumes, a produção industrial, os serviços, o comércio, o consumo, a vida em sociedade, tudo! Em consequência, passaram a ser adotados protocolos e medidas para enfrentar a atual pandemia de Sars-Cov-2.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) fez um plano de retomada da economia para ser usado no momento de iniciar a flexibilização. Segundo o presidente Paulo Skaf, a entidade elaborou protocolos sugerindo regras de nova convivência social, para reduzir a propagação da Covid-19 até o surgimento de uma vacina. O plano foi enviado a todas as esferas de governo e está disponível no site da Fiesp.

A crise econômica associada à pandemia chegou em um momento bastante delicado para a América Latina, que já enfrentava desaceleração econômica, queda das exportações, aumento da informalidade, da pobreza e da desigualdade, crises fiscais e perspectivas de crescimento econômico modesto. O artigo que escrevem Jorge Arbache e Marcelo dos Santos, do Banco de Desenvolvi-

to da América Latina (CAF), mostra como os bancos multilaterais de desenvolvimento podem ajudar os governos a enfrentar os desafios da pandemia.

O debate sobre o papel do Estado tem uma importância crucial, pois o aumento da pobreza e do desemprego demandará políticas públicas vigorosas para que a recuperação se faça mais rápida.

“Não há como enfrentar a crise provocada pela pandemia sem a ação do Estado”, defende André Lara Resende, no artigo que abre a edição.

“O isolamento, imposto por lei ou por medo do contágio, provoca uma parada brusca na economia. Diferentemente da crise financeira de 2008, essa é uma crise da economia real, uma queda simultânea da demanda e da oferta. Para evitar que se transforme também numa crise financeira, é necessário que o governo, através do Banco Central, injete liquidez no sistema financeiro.” Continua Lara Resende: “Além da injeção de liquidez, da expansão do crédito, o Estado, em todas as suas instâncias, será obrigado a gastar para enfrentar a crise humanitária provocada pela epidemia. Será preciso reforçar o sistema de saúde pública e pôr em prática políticas sociais compensatórias”.

O artigo do professor José Pastore revela um quadro preocupante: a crise da Covid-19 afetará os países emergentes por cinco anos, sendo que no Brasil, a redução do trabalho e renda atingirá mais de 80% da população. “Prevê-se uma recessão gravíssima, prolongada e inédita. A pandemia lesionará também a classe média. Profissionais mais qualificados, desempregados e/ou substituídos por tecnologias tendem a descer na escala social, o que gera frustrações e compromete a coesão social. Muitos em-

pregos serão perdidos para sempre. Será um tempo de muita apreensão”.

Maria Paula Dallari Bucci, professora da Faculdade de Direito da USP e ex-secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, reflete sobre a reconstrução do Estado social brasileiro (políticas públicas e reformas). “O grande tema da agenda da reconstrução, o papel do Estado, deve ser tratado nos marcos da Constituição de 1988, em que atualmente já se defrontam duas posições. A eleição de Bolsonaro e o que ela significou em termos de agressão às bases da democracia sugerem, para alguns, que a Nova República, iniciada com a redemocratização em 1985, pode ter chegado a um limite. A isso se soma uma leitura ‘cosmética’ que outros fazem da CF 88, considerando que seria a oportunidade de “passar a limpo” o seu texto. Há posições à esquerda e à direita que defendem essa revisão. Para o lado conservador, isso significaria retirar os ‘excessos de direitos’ e as ‘garantias corporativistas’; para outros, conferir mais funcionalidade ao texto”, diz Maria Paula.

“A tecnologia trouxe apenas duas grandes revoluções para a escola. A primeira foi a invenção da escrita. A segunda foi o livro. Com alguns pânicos e engasgos, ambas acabaram sendo digeridas. Mas, praticamente, os avanços pararam por aí.” A avaliação de Claudio de Moura Castro é que a pandemia do novo coronavírus provocará a entrada da tecnologia em sala de aula. “Fora do acadêmico, usa-se tudo. Na escola, nada” exagerando um pouco, mas não muito.” Tecnologia é a aliada de grandes empresas e de instituições dedicadas à formação para o mundo dos negócios, diz. “Entram em cena computadores, vídeos, EAD, realidade aumentada, *chatrooms* e por aí fora. Em outras palavras, nos deparamos com um divisor de águas espantosamente impermeável.”

O artigo “Notas Sobre a C&T no Brasil Depois da Pandemia”, de Carlos Henrique de Brito Cruz (Instituto de Física, Unicamp), Hernan Chaimovich (Instituto de Química, USP), Luiz Nunes de Oliveira (Instituto de Física de São Carlos, USP), Renato H. L. Pedrosa (Instituto de Geociências, Unicamp) e Roberto G. S. Berlinck (Instituto de Química de São Carlos, USP), mostra como a contribuição de pesquisadores brasileiros na compreensão da pandemia e nas sugestões e recomendações ao poder público para enfrentá-la tem sido notável. “Pesquisadores do Brasil determinaram, em apenas 48 horas depois de identificado o primeiro caso local, a estrutura do RNA do vírus, permitindo conhecer características da infecção e o caminho do contágio. Profissionais e pesquisadores do Sistema Único de Saúde (SUS) trabalharam, muitas vezes em colaboração com colegas estrangeiros, para aperfeiçoar modelos epidemiológicos para orientar providências sanitárias. Empresas com capacidade tecnológica desenvolvida localmente se engajaram na produção de respiradores e tomógrafos. Pesquisadores de universidades e institutos criaram protótipos de respiradores emergenciais de baixo custo. Universidades e institutos, como Butantan e Fiocruz, desenvolveram capacidade própria para desenvolver e coordenar testes diagnósticos. Não menos importante tem sido o papel de cientistas sociais e cientistas políticos, conhecedores dos desafios engendrados pela crônica desigualdade social existente no país. Tudo isso foi feito vencendo dificuldades, mas o que importa é que foi e está sendo feito.”

O velho multilateralismo, provado em tantas crises, neste momento estende suas mãos para o enfrentamento da pior epidemia

depois da gripe espanhola, em 1918-1920, como mostram Jorge Arbache e Marcelo dos Santos, da CAF, que está focando em ações de apoio à produtividade. Estruturou um programa para dar apoio financeiro e técnico especializado aos bancos de desenvolvimento nacionais e subnacionais. Os recursos serão destinados prioritariamente às micro, pequenas e médias empresas. Um segundo programa visa apoiar empresas microfinanceiras para que tenham melhores condições de liquidez.

Enormes desafios para o comércio exterior brasileiro estão à vista no cenário internacional, como alerta o artigo de Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador em Londres e Washington. O plano de recuperação da União Europeia, depois da Covid-19, inclui uma política industrial e uma política ambiental (*European Green Deal*), que, entre outras medidas, prevê punição para empresas que importarem produtos provenientes de áreas de desmatamento florestal, diz Barbosa. Para não dificultar a expansão do comércio de produtos agrícolas, ele sugere ajustes na política de meio ambiente, com medidas e ações concretas para preservar a floresta amazônica. “Essas medidas precisariam ser implementadas para evitar o risco de não ratificação desses acordos comerciais por parlamentos cada vez mais influenciados por partidos verdes contrários à aprovação de acordos com o Brasil.”

OS EDITORES

.....
• **NOTA DOS EDITORES:** Como consequência da pandemia da Covid-19, *Interesse Nacional*, depois de 50 edições, deixa de ser impressa e passa a ser publicada de forma digital. A revista pode ser acessada no site www.interessenacional.com. A edição impressa está suspensa até segunda ordem.

A Crise e o Papel do Estado

.....

ANDRÉ LARA RESENDE

Não há como enfrentar a crise provocada pela pandemia sem a ação do Estado. O isolamento, imposto por lei ou por medo do contágio, provoca uma parada brusca na economia. Diferentemente da crise financeira de 2008, essa é uma crise da economia real, uma queda simultânea da demanda e da oferta. Para evitar que se transforme também numa crise financeira, é necessário que o governo, através do Banco Central, injete liquidez no sistema financeiro. Foi o que fizeram em 2008 os bancos centrais dos países avançados, mas dessa vez será necessário injetar também recursos diretamente na economia, pois com medo da inadimplência generalizada, o sistema financeiro não repassará os recursos. É preciso que o Estado, através do Banco Central, faça chegar os recursos diretamente às empresas e a todos os afetados pela brusca parada da economia.

Um país que emite sua moeda, hoje exclusivamente fiduciária, não tem restrição financeira. A exigência de que o Estado equilibre as suas contas é uma restrição político-administrativa, com o objetivo de

impor disciplina e racionalidade aos gastos públicos e frear a tentação demagógica por gastos descontrolados. Quando há capacidade ociosa e desemprego, quando o país não tem dívida externa e o balanço de pagamentos é superavitário, o governo pode e deve investir de forma inteligente, sem se preocupar com a fonte de recursos.

Até o momento, para ficar apenas na política econômica, a reação do governo está muito aquém do necessário. O dogmatismo fiscalista, a crença equivocada de que é sempre preciso equilibrar o orçamento fiscal sob risco de quebrar o Estado, torna ainda mais difícil a aprovação e a implementação das políticas necessárias. É preciso reagir rápido e pôr em prática as políticas de auxílio emergencial. É preciso tentar preservar o emprego e garantir imediatamente uma renda mínima para que toda família possa sobreviver na crise. Não se trata de políticas anticíclicas, de estímulos para a economia, algo que será necessário, uma vez superada a epidemia, mas de políticas voltadas para aliviar o impacto da recessão e do desemprego. É preciso deixar de lado pruridos burocráticos, confiar e ousar, para evitar uma verdadeira tragédia humanitária.

Os estados e os municípios, como não

.....
ANDRÉ LARA RESENDE é economista, ex-presidente do BNDES e ex-diretor do Banco Central, autor de livros, ensaios e artigos sobre questões econômicas e financeiras.

têm moeda própria, estão obrigados a limitar seus gastos ao que arrecadam. Numa crise dessa gravidade, a arrecadação irá cair de forma dramática. Sem ajuda substantiva da União, os governos estaduais e municipais serão incapazes de honrar seus compromissos e de prestar os serviços básicos. Independentemente da conveniência ou não de tornar o sistema mais ou menos descentralizado, no momento, é preciso aprovar um orçamento de emergência, com recursos a serem transferidos da União para os estados e os municípios. Além da injeção de liquidez, da expansão do crédito, o Estado, em todas as suas instâncias, será obrigado a gastar para enfrentar a crise humanitária provocada pela epidemia. Será preciso reforçar o sistema de saúde pública e pôr em prática políticas sociais compensatórias.

Epidemias provocam mudanças de regime

Diante de uma crise dessas proporções, o sistema de mercado é incapaz de dar as respostas adequadas. Ao contrário, corre o risco de se tornar disfuncional. O mercado é baseado na competição e no individualismo, mas o momento, mais do que nunca, exige coordenação e cooperação. O liberalismo primário que hoje pauta a política econômica no país será imperiosamente revertido. Será uma oportunidade para revalorizar o Estado e a política, para transformar o nosso Estado cartorial e patrimonialista num Estado eficiente e a favor da população. É uma oportunidade para que a vida pública volte a atrair pessoas bem-intencionadas e qualificadas. Infelizmente, haverá sempre risco de que a crise venha a reforçar o apelo do autoritarismo, com o sacrifício das verdadeiras conquistas do liberalismo ilustrado. O Estado, chama-

do a intervir, pode vir a se tornar ainda mais burocrático, autoritário e policialesco.

Ao longo da história, as grandes epidemias sempre provocaram as mudanças de regime. Uma crise dessas proporções nos leva a refletir, nos obriga a reavaliar os valores e o modo de vida contemporâneo. O questionamento do capitalismo financeiro turbinado das últimas décadas, que concentrou riqueza, inibiu a competição e destruiu empregos, se tornará ainda mais exacerbado. A tributação pode e deve ser usada para proteger os necessitados e reduzir as desigualdades, mas enquanto a economia estiver com capacidade ociosa e desemprego – e é provável que seja por um longo tempo – não se deve aumentar a carga tributária, mas sim desenhar políticas públicas inteligentes, voltadas para o aumento da produtividade e do bem-estar.

Uma reversão, ainda que parcial, da hiperglobalização será inevitável. A vulnerabilidade do sistema de produção globalizado ficou evidente, não apenas do ponto de vista dos estados nacionais, mas também das empresas, que mesmo em tempos menos atribulados, tinham visto a gestão das cadeias de fornecedores se transformar em um ponto crítico. A produção globalizada não deverá ser completamente revertida, mas haverá um reequilíbrio, com maior peso para a produção local. A desindustrialização nacional, levada ao paroxismo, será certamente reavaliada.

É improvável que se volte ao mundo de antes da crise, mas é muito difícil fazer previsões sobre como será o mundo do pós-crise. Se a história serve de referência, é possível que haja efetivamente progresso em direção a uma sociedade melhor e mais justa, mas não antes de um período de grande turbulência política e social.

Pandemia, Quarentena e Recessão: Novos Grandes Desafios para o Brasil

.....
PAULO SKAF

Impactos da pandemia sobre a atividade econômica e expectativas

Na passagem de 2019 para 2020, a economia brasileira vinha mostrando claros sinais de reação, com indícios de que a gradual recuperação seguia em curso. O mercado de trabalho vinha melhorando e o desemprego seguia em trajetória de queda, com aumento do emprego formal. Essa trajetória virtuosa, no entanto, foi interrompida pelo choque provocado pelo novo coronavírus. Hoje, alguns números já atestam os primeiros impactos da epidemia sobre a atividade econômica do país.

O resultado do PIB no 1º trimestre de 2020 já dá sinais dos primeiros impactos da Covid-19 sobre a atividade econômica. O PIB recuou 1,5% frente ao trimestre anterior, puxado pelo desempenho ruim dos serviços e da indústria, que caíram 1,6% e 1,4%, respectivamente. Outros resultados conhecidos da atividade econômica, como o da indústria automobilística, cuja produção recuou quase 100% em maio frente a abril, apontam para uma queda histórica do PIB no 2º trimestre.

.....
PAULO SKAF é presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

Os efeitos sobre o mercado de trabalho em março e abril foram expressivos. Com a economia parcialmente paralisada devido à pandemia, o Brasil perdeu 860 mil postos de trabalho formal só em abril. Somados os números de março, mês em que começaram as medidas de isolamento e que registrou corte líquido de 240 mil vagas, a crise da Covid-19 já levou ao fechamento de 1,1 milhão de postos com carteira assinada. No bimestre, foram fechados quase 220 mil postos de trabalho na indústria de transformação. No comércio foram eliminadas aproximadamente 300 mil vagas e no setor de serviços, cerca de 460 mil – isto apenas no mercado de trabalho formal. No mesmo período, outros 1,5 milhão de empregos sem carteira assinada foram perdidos no mercado privado. A taxa de desemprego, por sua vez, atingiu 12,6% em abril, o que significou 12,8 milhões de desempregados e um aumento de 0,1 p.p. na taxa em relação a abril de 2019. O resultado marcou a reversão da trajetória de queda do desemprego que vinha sendo observada no país desde o início de 2018.

Como mencionado, o maior impacto da crise da Covid-19, no entanto, ocorrerá no 2º trimestre. Por isso, devemos ampliar os esforços para apoiar empresas e famílias. Garantir a oferta de crédito é essencial neste

momento, dando fôlego para atravessarmos este período de turbulência e garantindo a manutenção do emprego e do consumo. As linhas de crédito criadas até o momento foram no sentido correto, mas é necessário aumentar o seu alcance e garantir que cheguem àqueles que realmente precisam.

As expectativas do mercado para a variação do PIB neste ano seguem se deteriorando, e a projeção era de menos 6,48% no dia 8 de junho. Para 2021, o mercado prevê um crescimento que não recupera as perdas em 2020, com as projeções para a variação do PIB no próximo ano em 3,5%. Para a indústria de transformação, a nossa projeção é de um recuo ao redor de 8% neste ano e um crescimento da ordem de 4,1% em 2021. Nesse contexto, o número de desempregados deverá saltar de 11,6 milhões, em 2019, para cerca de 16 milhões, em 2020. No entanto, devido à excepcionalidade do choque atual, a incerteza quanto à dinâmica da atividade econômica nos próximos meses é muito maior do que o habitual. Ademais, a velocidade de recuperação dependerá da duração da pandemia e das medidas econômicas que serão implementadas pelo governo neste período. De qualquer forma, devemos esperar grande contração da atividade econômica na maior parte do mundo neste ano, conforme os países combatem a epidemia da Covid-19.

No Estado de São Paulo, em particular, as medidas de distanciamento social foram tomadas de forma improvisada e confusa, e isso aprofundou os impactos da pandemia sobre a nossa economia, que é a mais pujante do país. O grande objetivo das medidas de confinamento social é ganhar tempo para ter uma estrutura de saúde que faça frente à pandemia. Infelizmente, depois de mais de 70 dias, essa meta não foi alcançada em boa

parte das regiões. Não foi tempo suficiente? O que as prefeituras e o governo do Estado de São Paulo fizeram que não equacionaram essa questão? Além disso, as decisões de distanciamento em São Paulo foram tomadas de forma horizontal, o que não faz sentido. O estado possui 645 municípios. A realidade de Monteiro Lobato é igual a de São José dos Campos ou da capital? Não! São 645 histórias diferentes. Cabe, portanto, ao município decidir o momento adequado da reabertura, atendendo a critérios rigorosos de saúde. Uma ação não horizontal teria significado proteção do emprego, além de possibilitar às regiões do estado adaptarem-se a conviver com a Covid-19, que não vai embora em poucos dias ou em poucas semanas. O vírus ficará entre nós por meses, talvez um ano ou mais. Apesar disso, o governo do Estado de São Paulo optou por tratamento homogêneo durante 68 dias e, após esse período, o governo anunciou um plano de abertura a partir de 1º de junho, analisando as 16 regiões administrativas mais a capital e classificando a abertura segundo a disponibilidade de leitos de UTI e a evolução da doença. Embora haja limitações no plano, foi um avanço, pois ofereceu uma maior autonomia às prefeituras na gestão das ações de combate à pandemia.

Sem dúvida, temos grandes desafios pela frente, mas com planejamento, coordenação e a adoção das medidas corretas é certo que conseguiremos atravessar mais essa crise e retomar a trajetória de crescimento e geração de empregos e renda de que o país tanto necessita. Ademais, é fundamental uma reabertura gradual da atividade econômica, de forma equilibrada, responsável e, principalmente, preservando a saúde das pessoas. Por isso, é necessário tomar todos os cuidados e cautelas, pois a prioridade é a saúde.

Plano de retomada da atividade econômica após a quarentena

Enquanto a sociedade discutia se devia fazer ou não a quarentena, a Fiesp se antecipou e fez um plano de retomada da economia para ser usado no momento de iniciar a flexibilização. Foram elaborados protocolos sugerindo regras de nova convivência social, buscando reduzir a propagação da Covid-19, até o surgimento de uma vacina. O plano foi enviado a todas as esferas de governo do país e está disponível para todos no site da Fiesp.

As medidas de distanciamento social adotadas pelos governantes são cruciais para uma evolução controlada da Covid-19, algo essencial para que o sistema de saúde tenha tempo de ser reforçado com a expansão do número de leitos, especialmente de UTIs, maior disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPIs) e ampliação da nossa capacidade de testes para detectar o vírus. Mas, tão importante quanto as ações de controle da pandemia são as iniciativas que devem ser tomadas no momento de retomada das atividades econômicas. Assim, é fundamental que se construa um plano que sirva como um guia de execução para os cidadãos no momento em que as condições sanitárias sejam adequadas.

Com esse objetivo em mente, uma equipe multidisciplinar da Fiesp e colaboradores elaboraram um plano para a retomada da atividade econômica após a quarentena. O plano é amplo (76 páginas) e apresenta a experiência de retomada na Áustria, Alemanha, China, Dinamarca, Espanha, Itália, República Tcheca, França, Noruega, Nova Zelândia, nos Estados Unidos, em Taiwan, na Suécia e Coreia do Sul. Estudaram-se também as recomendações da Organização

Mundial da Saúde (OMS) para construir um planejamento para a retomada da atividade econômica por etapas. As recomendações da OMS para a retomada são resumidas nos seis pontos abaixo:

- 1) A transmissão do vírus deve estar controlada;
- 2) O sistema nacional de saúde deve ter a capacidade de detectar, testar, isolar e tratar cada caso, acompanhando a rede de contágios;
- 3) O risco de um surto deve ser minimizado, em especial em ambientes como instalações de saúde e asilos;
- 4) Medidas preventivas devem ser implementadas em locais de trabalho, escolas e outros locais onde a circulação de pessoas seja essencial;
- 5) O risco de “importação” do vírus deve estar sob controle;
- 6) A sociedade deve estar plenamente educada, engajada e empoderada para aderir às novas normas de convívio social.

No momento da flexibilização, é importante ter segurança de que o sistema de saúde estará pronto para o combate ao vírus. Complementando as recomendações da OMS, o trabalho sugere os seguintes critérios para a retomada das atividades no Brasil:

- A retomada deve ser gradual e escalonada;
- A retomada das atividades deve respeitar protocolos de convivência e de distanciamento social voltadas ao combate da Covid-19;

- A cada 7 dias a situação da epidemia deve ser reavaliada e, com isso, os protocolos relaxados ou intensificados;
- A liberação completa da atividade estará condicionada à evolução da epidemia.

Atendidas essas recomendações, tem início o processo de reabertura gradual das atividades segundo o grau de essencialidade, de maneira a abranger todas as atividades em até quase 45 dias. Eventos de grande número de pessoas continuam suspensos.

Linha do tempo sugerida no processo de flexibilização das atividades:

- **Dia 1:** creches e escolas, porém, deverão seguir protocolos como entrevista para identificação de possíveis sintomas da Covid-19 e utilização de termômetro para medir a temperatura dos alunos; comércio de rua e restaurantes também reabrem, contudo, com regras de higiene e distanciamento;
- **Dia 14:** reabertura de shoppings centers, com uma série de cuidados para evitar a propagação do novo coronavírus, como garantir distância mínima na praça de alimentação, elaboração de campanhas de comunicação, entre outros;
- **Dia 28:** os parques são liberados mediante controle de entrada;
- **Dia 42:** cinemas, academias, teatros, museus e universidades passariam a funcionar.

No processo de retomada, recomenda-se que os transportes públicos operem com frota e programação de pico durante todo o dia, além de que se faça um escalonamento dos horários de funcionamento das atividades

econômicas a fim de evitar aglomerações nos transportes.

É apresentada no trabalho uma proposta de horários de abertura e fechamento para os diversos setores da economia como forma de distribuir o fluxo de trabalhadores ao longo do dia e mitigar o contágio no transporte público. Entretanto, cada companhia sabe das suas próprias necessidades em termos de horários de expediente e deve ter liberdade para definir os horários de entrada e saída de seus funcionários. Adicionalmente, as atividades têm horários possíveis diferenciados de acordo com a região do país e o porte de cidade.

O estudo também oferece sugestões de protocolo para o domicílio, para os transportes privado e público, para as empresas de comércio e os shoppings, as fábricas, os escritórios, as escolas e creches e as academias de ginástica. As sugestões de protocolos para o momento da retomada são apresentadas abaixo:

••• Protocolo no domicílio:

- Ao chegar em casa: higienização imediata das mãos; cuidado e higienização das roupas, sapatos, bolsas, carteiras, chaves e celulares; higienização de sacolas e compras; menor lotação em elevadores;
- Convivência com pessoas de grupo de risco: camas separadas; higienização de banheiros e superfícies de alto contato; ventilação de ambientes; cuidados com roupas, toalhas, lençóis, talheres etc.;
- A situação das favelas e comunidades: áreas governamentais de distanciamento social com proteção da população de risco; doação de alimentos, produtos de higiene, álcool em gel, EPIs e outros produtos de

necessidade básica; auxílio de renda aos que não puderem trabalhar.

••• No Trabalho:

- Desenvolver e implementar uma comunicação clara com os funcionários antes do retorno ao trabalho;
- Utilizar o Termômetro Digital Infravermelho de Testa;
- Uso obrigatório de máscaras;
- Revisar *layouts* e métodos de produção, ajustando-os para atender às necessidades sociais de distanciamento;
- Colocar sinal indicativo de número máximo de pessoas permitido para garantir o distanciamento social nos ambientes;
- Rever a lotação de elevadores em prédios comerciais;
- Priorizar a realização das reuniões por teleconferência;
- Reforçar a limpeza de locais que ficam mais expostos ao toque das mãos;
- Manter ambientes bem ventilados ou aplicar a limpeza frequente do ar condicionado;
- Aumentar o período de funcionamento de refeitório e distribuir os funcionários em horários de refeição distintos;
- Cada gestor acompanha diariamente o estado de saúde do seu time.

••• Creches e escolas:

- Uso de máscaras;
- Distanciamento das crianças;
- Regras de higiene e lavagem das mãos;
- Ventilação e janelas abertas.

••• Fábricas:

- Revisar *layouts* e métodos de produção, garantindo uma distância mínima segura entre as pessoas;
- Limpeza das ferramentas principais duas vezes por turno.

••• Escritórios:

- Aprimoramento do *layout* das mesas para atender à distância mínima segura;
- Não realizar reuniões em área fechada e procurar reduzir o número de participantes;
- Estimular teletrabalho.

••• Lojas de rua:

- Limitação de acesso às lojas, com controle do número de entradas;
- Disponibilização de pontos com dispensadores de álcool em gel;
- Utilização de canais on-line para continuar atendendo a clientes que ainda tenham movimentação restringida;
- Se possível, isolar áreas dos estabelecimentos para facilitar o controle da operação e reduzir custos.

••• Shoppings:

- Aplicar comunicados de prevenção à Covid-19 em elevadores de carga e sociais;
- Manter distanciamento físico mínimo seguro entre cada cliente e/ou funcionários em filas de estacionamento, bancos, lotéricas e caixas eletrônicos, entre outros, demarcando o chão com adesivos;
- Delimitar mesas e bancos que podem ser usados, respeitando o distanciamento, inclusive em elevadores;
- Garantir uma distância mínima segura entre os usuários nas praças de alimentação;
- Sanitários:
 - Manter controle de quantidade de pessoas, respeitando as regras de saúde;
 - Manter as portas dos sanitários prioritariamente abertas para beneficiar a ventilação.

••• Alimentação:

- Uso de máscaras por todos funcionários;
- Aumentar a separação e distanciamento das mesas;
- Reforçar a higienização de mesas e cadeiras;
- Priorizar os serviços de *delivery* e de retirada de refeições.

Protocolos nos transportes:

- **Públicos:** uso de máscaras, reforço de limpeza e higienização; governo deve garantir frota de horário de pico para evitar aglomeração;

- **Taxis/Aplicativos:** motoristas e passageiros devem usar máscaras, vidros abertos;
- **Particulares:** máscaras se tiver mais que uma pessoa e vidros abertos.

••• Gestão da Saúde:

Por fim, e de fundamental importância, o trabalho apresenta sugestões para a gestão da saúde que são descritas a seguir:

- Ampliar capacidade de cuidados hospitalares críticos;
 - Treinamento de equipes de saúde voltadas para o manejo de casos críticos de Covid-19;
 - Facilitar a produção, importação e distribuição de insumos hospitalares;
 - Revisar práticas de regulação dos leitos nos hospitais públicos e integrar os dados.
- Informar população constantemente;
 - Manter canal de comunicação com a população com informações das ações sendo tomadas e atualizações sobre a Covid-19 baseado em evidências científicas;
 - Incentivar práticas de distanciamento social;
 - Conscientizar sobre o uso de máscaras comunitário.
- Adequar a infraestrutura de UTI e expandir o número de leitos comuns e leitos de UTI com respiradores mecânicos;
- Implantar capacidade de detecção, testagem e isolamento rápido;
 - Pontos de triagem nos locais de trabalho e de compras;

- Barreiras físicas e tecnológicas nas cidades a fim de identificar infectados e direcioná-los para a quarentena domiciliar;
 - Barreiras físicas em aeroportos, portos, rodoviárias, pedágios, postos de caminhoneiros, terminais urbanos, entradas de estações de trem e metrô e prédios comerciais;
 - Uso de câmaras térmicas em locais de alto fluxo.
 - Construir sistemas de identificação, isolamento e testagem de contatos próximos dos casos confirmados por meio de ferramentas digitais e/ou serviços de teleatendimento;
- Uso de tecnologia (aplicativo) para monitoramento dos infectados e pessoas em quarentena, para teleassistência;
 - Identificar zonas de calor para a Covid-19 através de integração de dados e geolocalização;
 - Testar em grande intensidade a população: testar para a Covid-19 e para a presença de anticorpos;
 - Monitorar curva epidemiológica;
 - Monitorar curva de soroconvertidos (imunizados);
 - Direcionar para a quarentena todos os pacientes que mostrarem os menores sinais de sintomas;
 - Acompanhar e adotar protocolo de medicações que mostrem potencial de eficácia no tratamento da Covid-19;
 - Ampliar utilização de telemedicina no sistema público;
- Garantir a disponibilidade de equipamentos de proteção para todos os profissionais da saúde (máscaras, aventais etc.);
 - Reforçar todas as medidas de controle e destinação de lixo hospitalar;
 - Garantir a disponibilidade de material profilático para a população:
 - Máscaras para os infectados;
 - Oferta de álcool gel e produtos de limpeza gratuitos para baixa renda.
 - Reforçar a limpeza de locais que ficam mais expostos ao toque das mãos, como maçanetas de portas, braços de cadeiras, telefones e bancadas;
 - As pessoas que continuarem em quarentena e não forem trabalhadores de carteira assinada ou participantes de programas de transferência de renda devem receber um auxílio mensal do governo (R\$ 600 já aprovado no Congresso, garantir orçamento para esta destinação).

Uma vez definido o protocolo final a ser seguido no processo de reabertura, um plano de comunicação deve ser construído para dar suporte à sua implementação. Até o surgimento de uma vacina ou de um tratamento efetivo contra a Covid-19, uma nova realidade se impõe a todos os cidadãos, na qual o convívio social exigirá novos hábitos e a adoção de medidas de prevenção que garantam a saúde e o bem-estar de toda a sociedade.

Considerações finais

Durante a pandemia, a Fiesp trabalhou intensamente elaborando protocolos para o momento da reabertura da economia e propôs políticas públicas visando minimi-

zar os efeitos econômicos dessa grave crise sobre a sociedade. Por intermédio do Sesi, produziu gratuitamente mais de 5 milhões de refeições para os menos assistidos. Por intermédio do Senai, realizou o conserto de respiradores, máscaras e álcool em gel a custo zero para a sociedade. O momento é duro, e exige grande esforço de todos na sua supe-

ração, pois teremos que aprender a conviver com o vírus até o surgimento de uma vacina. No entanto, com planejamento, coordenação e a adoção das medidas corretas é certo que conseguiremos atravessar mais essa crise. Temos confiança no futuro do Brasil. Vamos juntos superar esse momento difícil e reencontrar o caminho da prosperidade.

Os Problemas Sociais da Covid-19

.....
JOSÉ PASTORE

Introdução: o cenário

A cada dia a imprensa publica uma nova data para o pico da Covid-19 e anuncia promessas desencontradas sobre vacina e medicamentos. Assumindo a chegada do pico em agosto de 2020 e o surgimento de vacina ou medicamento no início de 2021, este ensaio apresenta considerações sobre o impacto da pandemia no mercado de trabalho e outros desdobramentos sociais.¹

Com 60 dias de infecções, a pandemia quebrou inúmeras empresas brasileiras, destruiu 1,1 milhão de empregos formais² e afastou do trabalho cerca de 5 milhões de pessoas, 75% informais.³ Sem políticas públicas, a taxa de desemprego teria salta-

do dos 12% atuais para 24% ou mais.⁴ Graças às regras trabalhistas flexibilizadoras,⁵ foi possível poupar mais de 8 milhões de empregos formais até o início de junho. O trabalho remoto também ajudou a manter muitas pessoas trabalhando. E a concessão de um auxílio emergencial de R\$ 600,00 mensais para trabalhadores vulneráveis foi crucial para sua sobrevivência e consumo.

Tais providências foram tomadas no pressuposto de que a pandemia arrefeceria em 90 dias. Ocorre que o Brasil chegou em junho como o epicentro da pandemia, o que forçou muitas empresas a permanecerem fechadas ou a trabalharem com severas restrições.⁶

O Banco Mundial indicou que a crise da Covid-19 afetará os países emergentes por cinco anos,⁷ sendo que no Brasil, a redução

.....
¹ Sobre os vários impactos da Covid-19, ver Thomas V. Conti, “Crise Tripla do Covid-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia”, Texto para discussão, 2020.

² Dado do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, abril de 2020.

³ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, maio de 2020.

.....
JOSÉ PASTORE é professor aposentado na Faculdade de Economia e Administração. É professor na Fundação Instituto de Administração, ambas da Universidade de São Paulo.

.....
⁴ Naércio A. Menezes Filho e Bruno K. Komatsu, “Simulações de Impactos do Covid-19 e da Renda Básica Emergencial sobre o Desemprego, Renda e Pobreza e Desigualdade”, Policy Paper nº 43, São Paulo: INSPER, 2020.

⁵ Medidas Provisórias 927 de 22/3/2020 e MP 936 de 1/4/2020.

⁶ Só puderam operar as empresas dos setores essenciais (agricultura e pecuária, comércio de alimentos e higiene, transporte, segurança, farmácias, hospitais, abastecimento de combustível, etc.).

⁷ Josh Zumbrum, “Crise afetará por até 5 anos os emergentes”, Valor, 3/6/2020.

do trabalho e renda atingirá mais de 80% dos brasileiros.⁸ Prevê-se uma recessão gravíssima, prolongada e inédita.

Nos dias atuais, grande parte das empresas sofre dificuldades imensas. Entre abril e maio de 2020, os pedidos de recuperação judicial subiram 70% e as falências, 30%. O governo passou a acenar com novas injeções de crédito para capital de giro. Apesar disso, firmas de pequeno porte passaram a demitir muitos empregados. Antecipa-se uma escalada do desemprego e forte queda de renda para 2020-21. Milhões de brasileiros ficarão sem emprego, sem recursos e sem perspectiva de trabalho nesse período.

Impactos na saúde

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) seja um projeto louvável pelo seu caráter universal e gratuito, ele se revelou insuficiente no caso da Covid-19. O SUS já vinha sofrendo em decorrência da prolongada recessão de 2015-17. Ao serem demitidos, milhões de trabalhadores ficaram sem planos de saúde e passaram a pressionar o SUS. Com a chegada da pandemia, o problema se agravou. Em muitos estados já houve grave colapso hospitalar. Isso compromete a sobrevivência e a qualidade de vida das pessoas.

Impactos na pobreza e na desigualdade

O aprofundamento da desigualdade decorrente da pandemia é um fenômeno mundial.⁹ No Brasil, isso é ainda mais cla-

8 Crise do coronavírus expõe 81% da força de trabalho a risco de perda de renda, Folha, 18/4/2020, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/crise-do-coronavirus-expoe-81-da-forca-de-trabalho-a-risco-de-perda-de-renda.shtml>

9 Abi Adams-Prassi e colaboradores, “Inequality in the impact of Coronavirus shock: evidence from real time surveys”, Bonn: Institute of Labor Economics, abril de 2020.

ro. Os pobres têm maior probabilidade de se infectar, adoecer e morrer.¹⁰ Prova disso é a disparada do contágio entre os moradores das favelas, onde é impossível obedecer ao distanciamento social. Os analistas estimam um aumento de 60% da extrema pobreza (US\$ 1.90 ao dia per capita).¹¹

A pandemia lesionará também a classe média. Profissionais mais qualificados, desempregados e/ou substituídos por tecnologias tendem a descer na escala social, o que gera frustrações e compromete a coesão social.¹² Muitos empregos serão perdidos para sempre.¹³ Será um tempo de muita apreensão.

Impacto sobre as mulheres

Historicamente, as recessões sempre impactaram mais os homens do que as mulheres. Na pandemia atual, dá-se o inverso porque as mulheres são a maioria nas atividades paralisadas ou semiparalisadas (escolas, creches, turismo, hotéis, entretenimento, salões de beleza, oficinas de costura, etc.). Além disso, elas são maioria entre os trabalhadores informais – os mais desprotegidos.¹⁴

Por cima do desemprego há o aumento da violência doméstica e sexual nos domicílios mais pobres, onde homens adultos vivem

10 Leila Souza Lima, “Jovens mais pobres são vulneráveis ao Covid-19”, Valor, 14/5/2020.

11 Bruno Villas Boas, “Desigualdade de renda tende a crescer”, citando estudos de Francisco Ferreira do Banco Mundial, Valor, 25/05/2020; Marcelo Neri, “Como o Covid-19 aumentará a pobreza e a desigualdade no Brasil”, Centro de Políticas Sociais, Fundação Getúlio Vargas, 25/5/2020.

12 José Pastore, “A classe média está espremida”, O Estado de S.Paulo, 26/12/2019.

13 Nos Estados Unidos, estima-se que 40% dos empregos fechados não voltarão. Ver “Reopen and shut”, The Economist, 16/5/2020.

14 United Nations, “The impact of Covid-19 on women”, New York: Policy Brief, 2020.

de forma aglomerada com mulheres e meninas.¹⁵ A violência ainda é muito subnotificada por medo que elas têm dos homens.¹⁶

O reingresso das mulheres no mercado de trabalho será igualmente doloroso. Muitas terão de aceitar trabalhos precários, desprotegidos e de menor renda.¹⁷

Impactos sobre as crianças

Os impactos da Covid-19 sobre as crianças são preocupantes tanto na esfera educacional como na nutricional. A suspensão das aulas determina grave defasagem educacional e também sérios déficits nutricionais, porque as crianças mais pobres dependem da escola para se alimentar (merendas, lanches, sucos, etc.). A desnutrição levará a maior adoecimento.

A deterioração econômica dos adultos forçará o engajamento de crianças e adolescentes em atividades laborais precárias do mercado informal, novamente, com reflexos negativos na sua saúde e na sua educação.

Impactos políticos

O aumento da desigualdade, da pobreza e da mobilidade social descendente gerarão frustração e descontentamento que tendem a desaguar em movimentos

sociais que, aliás, já começaram nas grandes cidades.¹⁸ A onda de protesto interracial dos Estados Unidos alastrou-se rapidamente para vários países, misturada com o desemprego provocado pela pandemia. Por serem fenômenos de multidões, é difícil identificar os seus componentes com precisão e prever as suas consequências. Multidões têm sempre vários fatores causais, mas, com frequência, se desdobram em condutas antidemocráticas que exigem ações policiais.¹⁹ A pandemia não é causa, mas está por trás dessas condutas devido ao estrago provocado pelo alto desemprego e severa queda de renda. Muitas manifestações políticas virão durante a pandemia.²⁰

Impactos na cultura

O setor cultural e de entretenimento costuma ficar de fora nas análises das recessões. Com a Covid-19, o fechamento ou abertura restrita dos teatros, cinemas, museus e galerias e outros ambientes desamparou por completo os profissionais dessa área que, na maioria, são *free lancers*, informais, que recebem por trabalho realizado e, por isso, ficam sem nenhum recurso.²¹ Só no início de junho, o governo aprovou R\$ 3 bilhões para ajudar os profissionais e os grupos culturais e de entretenimento, o que parece insuficiente para atender a cerca de 5 milhões de artistas, entre técnicos e pessoal de apoio.

.....
15 United Nations, “Covid-19 pandemic triggers devastating social, economic impact on women and girls”, New York, abril de 2020.

16 Emanuele Souza Marques e colaboradores, “A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pelo Covid-19”, Cadernos de Saúde Pública, abril de 2020; Pâmela Rocha Vieira e colaboradores, “Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela”? Revista Brasileira de Epidemiologia, abril de 2020.

17 Raquel Llorente Heras, “Impacto del Covid-19 en el mercado de trabajo: un análisis de los colectivos vulnerables”, Serie Documentos de Trabajo nº 2, Universidad de Alcalá, 2020.

.....
18 Protestos contra e a favor do governo.

19 Marike Blofeld e colaboradores, “Assessing the political and social impact of the Covid-19 crisis in Latin America”, GIGA Focus, nº 3, abril de 2020; “Estresse causado pela pandemia do Covid-19 pode levar a conflitos sociais”, Brasília: IPEA, 08/4/2020.

20 Branko Milanovic, “The real pandemic danger is social collapse”, Foreign Affairs, 19/3/2020.

21 “Coronavirus and cultural and creative sectors: impact, innovations and planning for post-crisis”, Paris: OECD, 2020.

Conclusão

Os impactos sociais da Covid-19 serão de longa duração. O desemprego será brutal. As regras de flexibilização trabalhista terão de ser prorrogadas. Elas perderão potência com o avanço da crise. O problema do déficit fiscal por elas gerado terá de ser resolvido no futuro.

Os brasileiros em geral ficarão mais pobres e mais desiguais. A atenuação do sofrimento exigirá muito trabalho dos agentes econômicos e dos governantes. Destes, espera-se uma liderança racional, confiável e que transmitam esperança ao povo.

Finalmente, a pandemia trará mudanças na globalização. Depender da China como fábrica do mundo traz riscos irreparáveis. Muitos países procurarão diversificar sua produção.²² É um grande desafio. No Brasil, será necessário melhorar muito a qualidade da educação e investir maciçamente em pesquisa e desenvolvimento.

.....
²² Assis Moreira, “Países deverão rever produção doméstica”, Valor, 25/5/2020; “Goodbye globalisation”, The Economist, 16/5/2020; Globalisation unwound: has covid-19 killed globalisation? Leaders Magazine, 14/5/2020; Alexander Jung, “The future of global economy: the beginning of de-globalization”, Der Spiegel, 8/5/2020.

Recomendações de políticas sociais

1. Manter as regras trabalhistas flexíveis pelo tempo que for necessário.
2. Implementar linhas de crédito com garantia do governo para evitar a falência das empresas.
3. Manter o auxílio emergencial para os trabalhadores informais e formular um programa de renda mínima que contenha mecanismos de saída.
4. Aprovar regras de proteção social para os trabalhadores por conta própria informais e sem vínculo empregatício.²³
5. Definir políticas específicas para a proteção de mulheres e crianças.
6. Articular o uso de tecnologias modernas com programas de educação e qualificação continuadas.
7. Manter serviços de apoio psicológico para pessoas afetadas na sua saúde mental.

.....
²³ Sobre o assunto, ver José Pastore, “O trabalho do futuro e o futuro do direito”, Revista LTR, setembro de 2019; “A proteção do trabalho independente”, Folha 19/8/2019.

A (Re)Construção do Estado Social Brasileiro: Políticas Públicas e Reformas

.....
MARIA PAULA DALLARI BUCCI¹

1. O pós-crise na perspectiva da Constituição de 1988

O período pós-pandemia no Brasil será de reconstrução em vários sentidos. A virada de página, após um dos piores períodos políticos já vividos no país, será desafiadora. Os movimentos suprapartidários em curso para a superação do obscurantismo autoritário, para se dobrarem em ação política capaz de reconduzir o país à plenitude do funcionamento democrático, deverão passar pelo estabelecimento de uma pauta de compromisso entre as várias forças que os integram.

Mais uma vez, isso pode desaguar em propostas de convocação de uma constituinte. A eleição de Bolsonaro e o que ela significou em termos de agressão às bases da democracia sugerem, para alguns, que a “Nova República”, iniciada com a redemocratização em 1985, pode ter chegado a um limiteⁱⁱ. A isso se soma uma leitura “cosmética” que outros fazem da CF 88, conside-

rando que seria a oportunidade de “passar a limpo” o seu texto. Há posições à esquerda e à direita que defendem essa revisão. Para o lado conservador, isso significaria retirar os “excessos de direitos” e as “garantias corporativistas”; para outros, conferir mais funcionalidade ao texto.

Em crises anteriores (2009 e 2013), falou-se em “constituinte exclusiva” ou “miconstituinte”, que seria restrita a temas estruturantes para o funcionamento do sistema político (eleições, partidos e representação política) – o núcleo vital da democracia institucionalizada. Essa constituinte exclusiva nunca saiu do papel, porque houve grande resistência da sociedade civil e do meio jurídico. O processo de construção único da CF 88, que lhe deu “cheiro de povo” como nenhum outro na história constitucional brasileira, nas palavras de José Afonso da Silvaⁱⁱⁱ, não poderia ser colocado em risco por uma aventura fora das regras de revisão previstas no texto constitucional.

Um tópico importante desse reformismo acabou sendo aprovado por emenda constitucional regular (EC 97/2017), no calor da crise política que se seguiu ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e à cassação do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha,

.....
MARIA PAULA DALLARI BUCCI é professora na Faculdade de Direito da USP, Departamento de Direito do Estado. Foi secretária de Educação Superior e Consultora Jurídica do MEC (2005-10). Autora de Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas (Prêmio Jabuti, 2014).

quando o Congresso proibiu a coligação partidária para eleições proporcionais e reintroduziu a cláusula de desempenho. Aprofundamentos desse tema seriam complexos demais para o momento da reconstrução e é pouco provável que a conjunção de forças seja suficiente para maiores reformas sobre isso, uma vez que os partidos estarão ocupados com a depuração que deve acontecer ao longo das próximas eleições. E os movimentos de renovação política, mesmo tonificados com o aumento da participação da sociedade civil nas iniciativas solidárias durante a pandemia, não têm expressão para impulsionar reformas mais profundas.

Mas, há uma razão de fundo que leva a crer que, de fato, a CF 88 superou os momentos de contestação. O título da ordem social (art. 193 e seguintes) é seu lastro de sustentação. Tanto a estrutura do texto constitucional – iniciado por princípios que remetem à solidariedade e à redução das desigualdades –, como a forma como vêm sendo efetivados os direitos sociais, em políticas públicas de alcance nacional, que articulam de forma inédita os entes federativos, como no caso do Sistema Único de Saúde (art. 198) e da educação (arts. 211 e 212), passaram a compor as fundações do Brasil democrático.

2. Os resultados das políticas públicas como referência para a reconstrução

O grande tema da agenda da reconstrução, o papel do Estado, deve ser tratado nos marcos da CF 88, em que atualmente já se defrontam duas posições. Para além da antiga disputa econômica entre o equilíbrio fiscal (agora agravado com os gastos extraordinários da pandemia) e a ampliação do gasto público para minimizar os efeitos

da desigualdade estrutural (dramaticamente acentuada), as tensões políticas entre as duas visões deverão ficar mais evidentes. O fato de esse conflito ser embalado em questões técnicas, se permite identificar pontos de convergência entre as medidas concretas de cada visão não afasta a decisão política que legitima cada uma delas. As propostas de aumento da tributação dos mais ricos, em linha com o que vem sendo debatido nos países europeus como fonte de custeio de um direito à renda básica permanente e de mecanismos de proteção do trabalho, devem reforçar tensões de classe sobre a atuação do Estado.

Por isso a necessidade de simplificar a comunicação no debate público reclama rótulos. Os fiscalistas falam em “falência do Estado”^{iv} para se referir aos funcionários públicos, que seriam excessivos, distribuídos entre uma elite bem paga e uma massa desqualificada, sem preparo para a provisão de serviços públicos de qualidade. Ou, de maneira mais suave, em nome de uma suposta melhoria das políticas públicas, necessária para evitar que elas sejam apropriadas pelos setores mais organizados da sociedade, acabando por “concentrar ainda mais a renda no país”^v, seria conveniente o enxugamento do Estado. Ou ainda, deveriam ser retiradas da CF 88 regras de vinculação e outras disposições que “poderiam estar melhor em leis complementares”^{vi} (aqui combinando-se a abordagem fiscalista com a cosmética).

No campo dos defensores da ampliação da presença do Estado, a CF 88 é um divisor de águas para as políticas públicas no Brasil. Graças a ela, às suas políticas estruturantes e às regras de vinculação do gasto público (não por acaso, seguidamente esvaziadas por regras de desvinculação), o

cumprimento dos direitos sociais vem melhorando contínua e consistentemente desde 1988. Progressos na organização dos serviços públicos que lhes dão materialidade e o aprimoramento das “capacidades estatais” – com crescente sofisticação técnica sobre “como atores, instituições e processos são mobilizados e combinados na produção de ações públicas”^{vii} – resultam em evolução evidente do padrão da provisão de direitos no Brasil (pelo menos até 2016). Assim, não apenas o Estado não está falido, mas teve sucesso em construir e coordenar esquemas de ação capazes de orientar os entes públicos e privados para resultados relevantes.

Isso pode ser ilustrado com estudo publicado por *Todos Pela Educação*:

“notícia positiva vem do 5º ano do Ensino Fundamental, onde a aprendizagem em língua portuguesa e matemática segue avançando consistentemente ao longo dos anos. Entre 2007 e 2017 o percentual de estudantes com aprendizado adequado no 5º ano dobrou: em língua portuguesa aumentou de 27,9% para 60,7% (32.8 pontos percentuais) e, em matemática, cresceu de 23,7% para 48,9% (25.2 pp).”^{viii}

Melhora semelhante ocorreu no mesmo período em indicadores de saúde, assistência social, ciência e tecnologia, cultura e nas demais áreas e programas organizados sob a lógica das políticas públicas^{ix}. Ou seja, nesse quesito, o Brasil esteve alinhado com a tendência mundial de expansão e melhoria das políticas sociais (que não se alterou, em termos gerais, mesmo depois da crise de 2008, embora não tenha conseguido evitar o crescimento da desigualdade e da pobreza). Como “país retardatário”, não apenas parti-

cipou da “corrida para cima”, como também diminuiu a distância em relação aos líderes.^x

No entanto, esses resultados nem sempre são reconhecidos. Para enxergá-los é preciso romper a barreira ideológica de que “o Estado brasileiro (...) ‘custa muito e serve pouco’. É um grande distribuidor dos recursos que por ele transitam, tarefa que executa mal – sem adequada definição de prioridades, avaliação e controle da qualidade dos serviços prestados.”^{xi}

3. O “Estado invisível” e os desafios para a sustentação política dos direitos sociais

As políticas públicas representaram um importante salto de promoção da cidadania no Brasil dos últimos 30 anos, ainda que insuficiente para o tamanho das demandas civilizatórias. Mas, talvez sejam complexas demais num debate como o que vai se travar na reconstrução. Elas integram o que se poderia chamar de “Estado invisível”, porque apesar do seu apelo intuitivo, “a capacidade estatal é um fenômeno latente e não observável diretamente”^{xii}. Além disso, por conta de sua característica e inevitável carga técnica, nem sempre são identificadas com a visão de Estado necessária para lhes dar suporte. Essa, em última análise, não é econômica, mas política.

A questão da separação entre política e políticas públicas foi apresentada de maneira simples pelo ex-presidente Obama a propósito dos protestos raciais de maio de 2020, nos EUA. Apesar de reconhecer a importância do protesto para colocar o problema do racismo na agenda pública, “as aspirações precisam ser traduzidas em leis e práticas institucionais específicas – e numa democracia isso só acontece quando elegemos

gestores governamentais que respondem às nossas demandas.”^{xiii}

O problema de sustentação política das políticas públicas não é novo. Esping-Andersen, em estudo clássico sobre o *welfare state* do pós-guerra, mencionava a necessidade de coalizões de classe para sustentar programas de custo elevado^{xiv}. Nos exemplos históricos que analisa, a sustentação das políticas ocorreu quando havia apoio político. Mas, considerando o declínio das bases do *welfare state* tradicional (industrialização, organização política do mundo do trabalho em sindicatos e partidos trabalhistas e formação da classe média), no “novo” *welfare state* do séc. XXI, “a estrutura política de apoio do investimento social permanece um enigma”^{xv}. Como observa Yasha Mounk, os imensos ganhos de produtividade da globalização e da economia digital e de serviços, hoje apropriados por poucas empresas ou trabalhadores especializados, não precisariam necessariamente produzir segmentos marginalizados, desde que houvesse iniciativas redistributivas do Estado, como tributos sobre o patrimônio. Mas,

“as políticas públicas necessárias para fazer isso estão longe de ser simples ou imediatas e, com frequência, são impopulares. Assim, não surpreende que os políticos encontrem cada vez mais dificuldade para vender a ideia de que as coisas são complicadas.”^{xvi}

Por isso, a eleição americana de 2016 con-

sagrou um populista que conseguiu canalizar a frustração e raiva de milhões de eleitores

“que viram a simplicidade das propostas de Trump como uma marca de sua autenticidade e determinação e a complexidade das propostas de Clinton como uma marca de sua insinceridade e indiferença.”^{xvii}

No Brasil, o Estado social foi institucionalizado, mas há uma disputa constante pelos sentidos e formas de execução da CF 88. Há um caminho de desacreditar a Constituição, acusando-a de irrealista ou “descolada do PIB”, e de esvaziar suas disposições, como vem acontecendo com o financiamento da saúde. O outro é, seguindo mais uma vez Esping-Andersen, compreender os legados institucionais, isto é, como as decisões anteriores contribuíram para a institucionalização das preferências de classe e do comportamento político, como no caso da Escandinávia, em que, ao expandir os serviços sociais e o emprego público, o *welfare state* participou de forma direta na constituição de uma classe média instrumentalmente ligada à social democracia.

No caso brasileiro, no momento da reconstrução, essa via passará por incorporar o significativo aprendizado institucional que as políticas públicas representam para a promoção da cidadania social no Brasil, tomando-as como base para melhorias de eficiência, de alcance e qualidade.

Notas:

- i Agradeço a Emiliano Brunet (FND-UFRJ) pela interlocução e comentários ao longo da construção deste texto.
- ii Martha Arretche, Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (orgs.). As políticas da política. Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT. São Paulo: Editora UNESP, 2019, p. 2.
- iii José Afonso da Silva. O processo de formação da Constituição de 1988. In A Gênese do Texto da Constituição de 1988, prefácio. Brasília: Senado Federal, 2013; pp. IX-XXVII.
- iv Ana Carla Abrão Costa. A Falência do Estado Brasileiro e a Urgência de uma Reforma Administrativa. Interesse Nacional. (<http://interessenacional.com.br/2020/04/03/a-falencia-do-estado-brasileiro-e-a-urgencia-de-uma-reforma-administrativa/>)
- v Naercio Menezes Filho, André Portela Souza (orgs.). A Carta. Para entender a Constituição brasileira. São Paulo: Todavia, 2019.
- vi Persio Arida. Constitucionalização excessiva prende o país ao passado. Ter que adaptar a Carta a cada mudança do quadro econômico compromete a agilidade das respostas das políticas públicas. Folha de S.Paulo, Ilustríssima, 14/12/2019.
- vii Alexandre Gomide, Ana Karine Pereira, Raphael Machado. Burocracia e capacidade estatal na pesquisa brasileira. In Burocracia e políticas públicas no Brasil. Brasília: IEA/ENAP, 2018, pp. 85-105.
- viii <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/meta-3-em-10-anos-aprendizado-adequado-ensino-medio-segue-estagnado-avancos-5-ano-fundamental>
- ix Martha Arretche, Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (orgs.). As políticas da política. Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- x Celia Lessa Kerstenetzky e Graciele Pereira Guedes. O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. Ciência e Saúde Coletiva. 23 (7), 2095-2106, 2018.
- xi Pedro Malan. Peso do passado e pressão para prometer. O Estado de S.Paulo, 09/02/2020, p. 2.
- xii Alexandre Gomide e outros, cit., p. 86.
- xiii Barack Obama. How to make this moment the turning point for real change. <https://medium.com/@BarackObama/how-to-make-this-moment-the-turning-point-for-real-change-9fa209806067>
- xiv Gosta Esping-Andersen. As três economias políticas do welfare state. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (24), 1991, p. 85-116. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>, p. 113
- xv Anton Hemerijck. The uses of social investment. United Kingdom: Oxford University Press, 2017, p. 32.
- xvi Yasha Mounk. O povo contra a democracia. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 56.
- xvii Mounk, idem, ibidem.

E Quando Acabar, a Educação Volta a Ser Como Antes?

.....
CLAUDIO DE MOURA CASTRO

É seguro dizer que não volta tudo a ser como era, embora não seja fácil antecipar o que será abandonado e o que se incorpora ao cotidiano. Antecipando o que diremos adiante, a pandemia romperá o mais atávico tabu na educação: a introdução de modernas tecnologias nas salas de aula do ciclo acadêmico – uma barreira em quase todos os países.

O gigantesco terremoto causado por uma coisa tão pequenina tem sua falha tectônica na conversão do ensino presencial para modalidades a distância. Para quem não está próximo das lides educativas, pode parecer uma mera alteração na mecânica diferente para ensinar.

Sociologicamente, não é. Trata-se de um evento sísmico de nível 8 na escala de Richter. Visto de outra maneira, permitirá romper uma gigantesca distância entre o quadro negro e as maquininhas. Para entender, vale a pena recapitular a história da convivência da educação com diferentes manifestações de tecnologia.

.....
CLAUDIO DE MOURA CASTRO é economista, professor e especialista em educação.

A tecnologia trouxe apenas duas grandes revoluções para a escola. A primeira foi a invenção da escrita. A segunda foi o livro. Com alguns pânicos e engasgos, ambas acabaram sendo digeridas. Mas, praticamente, os avanços pararam por aí.

Depois do ensino por correspondência, vieram grandes revoluções tecnológicas, com potencial para revolucionar a educação. O cinema foi anunciado como uma ameaça às escolas, tal como as conhecemos. Deu calafrios. O mesmo com o rádio que permite tirar a educação da aula e levá-la aos mais remotos grotões.

No primeiro ato da computação no ensino, já nos anos 50, o pano abre com os *mainframes*. Começam substituindo os professores, em aplicativos chamados então de tutoriais. Desde então, multiplicaram-se as estratégias para usar essas fabulosas máquinas na educação. Os exercícios do tipo *drill & practice* são muito mais pacientes do que os professores para ensinar tabuada e muitos outros assuntos repetitivos. Os jogos tornam-se cada vez mais realistas e inteligentes, sendo retrabalhados, para dar-lhes um conteúdo educativo. O Logo tem seu

momento de glória. As simulações abrem uma fabulosa porta para o ensino.

Do lado do *hardware*, aparece a internet, o *www*, os *laptops*, os CDs, os *pendrives*, os *tablets* e os *smartphones*. E começamos a frequentar a nuvem. Com os avanços dos aplicativos de busca, o Professor Google se revela insuperável.

O uso didático dos vídeos é ilimitado. É um cinema portátil. E hoje, com o mais reles celular, podemos fazer gravações perfeitamente adequadas.

Obstáculos para entrada de tecnologia na sala de aula

Em anos mais recentes nos deparamos com uma viçosa colheita de novidades. Bancos de questões bem calibrados geram provas melhores e a correção é instantânea (importante para otimizar o efeito do feedback). Perguntas aos alunos permitem ajustar a dificuldade/facilidade do que está sendo ensinado. Os livros digitais, ainda na infância, oferecem uma riqueza espantosa de recursos. A internet e as redes sociais permitem um grau inaudito de interação entre todos. E por aí vai.

Essa gigantesca traquitana poderia ser o sonho de um educador tecnologicamente arejado. Mas, não foi isso que aconteceu.

Desde o início, os obstáculos se multiplicaram e a escola negaceou. O cinema nem chegou a decolar. Pesquisas cuidadosas mostraram o sucesso das escolas radiofônicas em lugares remotos. Inclua-se aí o belíssimo Projeto Minerva. Mas, nada prosperou.

A entrada triunfal da informática logo foi bloqueada por uma sequência ininterrupta de obstáculos – reais ou imaginários. Primeiro eram as máquinas que enguiçavam. Depois acusavam-se os aplicativos de serem pobres, impróprios ou ininteligíveis. Mais adiante,

a explicação é que faltava preparação informática para os professores.

Uma desculpa tradicional resulta da orientação extraordinariamente estreita de cada disciplina escolar, contrastada com o caráter amplo e multidisciplinar de alguns dos aplicativos mais interessantes. O computador se mete na disciplina do outro professor, criando mal-estar.

Um detalhe logístico é que os usos mais interessantes dos computadores não dão muito certo em uma aula de 50 minutos. Para pôr em marcha o processo, é preciso mais tempo.

Basta um par de palavras para descrever tudo que aconteceu com a informática na escola: nada deu certo, tudo gorou.

Todas as revoluções bombasticamente anunciadas levaram a nada. A escola esmagou as tentativas de mudar a sua sala de aula. Assim fracassou o cinema, o rádio, o computador e o que mais apareceu pela frente. Dentro da escola, apenas sobrou um avanço digno de nota: é o computador para processar dados administrativos, financeiros e acadêmicos. É um sucesso, mas nada tem com educação.

Na sala de aula, nada muda. E isso, após mais de meio século de tentativas de enfiar os computadores nas salas de aula. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) confirma em um plano internacional o que dezenas de pesquisas fizeram nesse ou naquele país. Como demonstrou, o uso do computador nas escolas não melhora o aprendizado dos alunos. Curiosamente, o mesmo Pisa mostra que tê-los em casa traz efeitos benéficos sobre o aprendizado. Em uma pesquisa em que se envolveu o autor, observou-se que, por sua própria iniciativa, os alunos usavam as redes sociais para discutir questões da escola. Em geral, seus professores desconheciam isso.

Em meio a tal fiasco no uso de novas tecnologias, apenas duas invenções tiveram sucesso. E não foi pouco. Trata-se da fotocopadora (Xerox) e da combinação PowerPoint com projetor. Essas são as únicas aceitas sem restrições.

Paradoxalmente, do ponto de vista pedagógico, não trazem nada de novo. Uma facilita a cópia dos papéis que os professores gostam de distribuir. A outra substitui o quadro negro. De resto, está para ser demonstrado que, de tão mal feitos, são de alguma valia os PowerPoints usados em aulas. Para alguns críticos, atrapalham.

Em suma, há bem mais de um século que o conservadorismo da escola vence galhardamente todas as tentativas de trazer novas tecnologias para a aula.

Mas, é pertinente indagar: será que não foi por boas razões que a escola impediu sua entrada (ou boicotou o seu uso)? Quem sabe, serão ineficazes? É fácil responder pela negativa. Isso porque até agora nos referimos à escola, não à educação, mais genericamente.

Levantamentos sugerem que existe, *grosso modo*, tanta gente estudando em programas fora do circuito acadêmico quanto dentro dele. Para cada aluninho na escola primária ou marmanjo na faculdade há outros tantos fazendo os cursos mais variados, em instituições igualmente desconhecidas.

Culinária, meditação, marcenaria, decoração de bolos e informática são a ponta do iceberg dos cursos para o grande público. Vale lembrar, se hoje os *personal trainers* estão no Zoom, na década de 40, já havia ginástica pelo rádio, animada por um oficial do Exército de nome Lira.

Na formação profissional, há desde cursos para encanadores até doutores aprendendo novas técnicas de ressonância magnética. As empresas, por sua vez, operam ou contra-

tam cursos para todos os conhecimentos que faltam aos seus funcionários. E são muitos milhões de participantes aprendendo, desde a usar extintores de incêndio até programar para a “Manufatura 4.0”. Em particular, a área de negócios é pródiga em cursos, sejam os tradicionais, sejam os da moda. Não está longe de 200 as “universidades corporativas” das grandes empresas. E há até cursos preparando gente para a sua operação (na FIA/USP).

Em contraste com o ciclo acadêmico, usa-se de tudo. Tecnologia é a aliada de grandes empresas e de instituições dedicadas à formação para o mundo dos negócios. Entram em cena os computadores, vídeos, EAD, realidade aumentada, *chatrooms* e por aí afora.

Em outras palavras, nos deparamos com um divisor de águas espantosamente impermeável. Fora do acadêmico, usa-se tudo. Na escola, nada – exagerando um pouco, mas não muito.

Cursos por correspondência

Contudo, observa-se uma exceção nessa clivagem tão radical. É o ensino a distância.

Com a invenção do selo de correio, em meados do século XIX, abriu-se uma fórmula simples, segura e barata para aprender longe da escola. Inauguram-se os Cursos por Correspondência.

Ao longo do tempo, seu uso se restringiu a cursos fora do circuito acadêmico. Contudo, no início do século XX, aparecem os primeiros cursos superiores a distância. Mas, sempre corriam em faixa paralela, restrita e pouco valorizada. Uma exceção foi a Rússia que chegou a preparar mais engenheiros a distância do que presencialmente (sobretu-

do, na década de 30). Ou seja, a EAD viceja, há décadas, fora da academia. Mas, é mirrada naquela educação que concede diplomas oficiais (embora no ensino superior brasileiro o quadro esteja mudando).

Um crítico ponto de inflexão ocorreu quando o governo inglês encarregou o Professor Walter Perry (que virou Baron Perry of Walton) para criar a Open University. Em vez de programas acanhados e de baixo status, desde o início, foi uma iniciativa de grande visibilidade no mundo da educação.

Conforme dito por ele a este autor, para garantir a seriedade e o prestígio da iniciativa, logo pediu a Oxford e Cambridge que patrocinassem a iniciativa. Para a sua surpresa, recebeu uma estrondosa negativa. Não seriam partícipes de uma modalidade duvidosa de ensino.

A decisão de criar um campus próprio em Milton Keynes foi a alternativa encontrada. Ali tudo seria feito da estaca zero. De resto, a única que lhe restava.

Porém, por começar *tabula rasa*, um programa desse tipo não carregava o peso da tradição de como se fazem as coisas na academia. Não herdava as práticas que vinham da Idade Média. Portanto, foi criado como um programa agnóstico *vis à vis* a tecnologia. O que servia, era perfilhado. O que não funcionava, paciência.

Desde o início, entram em cena os vídeos e outras tecnologias de imagem. Quando os computadores se tornam mais competentes e mais baratos, era natural que participassem. Os avanços da internet permitem circular arquivos maiores, mais rapidamente e a preços insignificantes. Chegou no mercado, parece promissor, então, usa-se. A Open University deu prestígio ao ensino superior a distância e, com isso, legitimou o uso de tecnologias.

Uma maneira interessante de ver o EAD

superior é como a única iniciativa que está dos dois lados desta polarização. Está inserida no circuito acadêmico, pela validade legal dos seus diplomas superiores. E traz um DNA diferente e que sempre cultivou boas amizades com as tecnologias.

Nos dias de hoje, mesmo quando o EAD está em instituições tradicionais de ensino superior, permanece um ser diferente. Já começou tendo intimidades com a tribo tecnológica. Mesmo as universidades mais conservadoras não conseguem impedir que esses programas convivam proximamente com todas as tecnologias que assomam à porta.

Porém, entra ano, sai ano, continuam como compartimentos estanques. Podem até estar no mesmo prédio, mas são animais de outras espécies. Os cursos presenciais pouco ou nada aprenderam com as práticas do EAD.

Pois não é que um vírus desse tamanho conseguiu o que os mais eloquentes evangelistas da tecnologia não lograram?

Com isolamento social escolas tiveram de adotar o EAD

Diante do isolamento social compulsório, as escolas tiveram que se bandear para o EAD, gostando ou não, penalizando ou não os alunos. Aos trambolhões, foram obrigadas a conviver com tecnologias que, sistematicamente, haviam rejeitado anteriormente. Mas, mesmo a contragosto, ao conviver se aprende.

Quando acabar esse pesadelo da Covid-19, é difícil imaginar que volta tudo para trás. Vídeos feitos pelos próprios professores, aula invertida, sistemas gerenciadores de aulas (LMS), ementas detalhadas, reuniões virtuais e mais um bando de coisas já terão sido integradas no cotidiano dos alunos e professores.

Um microscópico vírus fará o que autoridades e evangelistas tecnológicos não conseguiram – ao longo de um século. Ou seja, trazer a tecnologia para a sala de aula.

Nem no mais improvável cenário a educação retrocederia ao quadro anterior. Certos

aprendizados são irreversíveis. Considerando que muito do que mudou é bem-vindo, uma das implicações de política educacional é a oportunidade de capitalizar nos avanços obtidos, para que não haja recuos indevidos. E oxalá que se deem os próximos passos.

Notas Sobre a C&T no Brasil Depois da Pandemia

.....
CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ
HERNAN CHAIMOVICH
LUIZ NUNES DE OLIVEIRA
RENATO H.L. PEDROSA
ROBERTO G.S. BERLINCK

Introdução

Ciência e Tecnologia (C&T) têm trazido muitos benefícios aos brasileiros. A produção de energia e de alimentos, a prevenção e o tratamento de doenças, o desenvolvimento da indústria e dos serviços, são algumas atividades que melhoram a vida dos brasileiros e que só acontecem devido aos resultados obtidos por pesquisadores no Brasil, usando conhecimentos descobertos aqui e em outros países. Mesmo que

muitas vezes se fale de crises e dificuldades para se fazer C&T no Brasil, os resultados são grandes.

A ciência e a tecnologia que beneficiam o Brasil são desenvolvidas em universidades, institutos de pesquisa, e em empresas, nacionais e estrangeiras, mesmo que com frequência o debate sobre C&T enfatize repetidamente só a ação governamental, limitando a compreensão da complexidade e do funcionamento do sistema.

Um sistema nacional de C&T depende de pesquisadores trabalhando em universidades, em institutos públicos e particulares e em empresas. Nos países bem-sucedidos em criar desenvolvimento e bem-estar com C&T, os pesquisadores desses setores interagem naturalmente entre si. Estas interações podem ser formais – projetos colaborativos e visitas – ou informais – pois uns leem os trabalhos dos outros e frequentemente se comunicam para resolver dúvidas ou trocar ideias. Segundo os dados mais recentes, em 2014 havia 317 mil pesquisadores ativos no Brasil. Destes, 265 mil eram professores em

.....
CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ é engenheiro de Eletrônica (ITA) e doutor em Física (Unicamp). É professor titular no Instituto de Física da Unicamp.

HERNAN CHAIMOVICH é bioquímico pela Universidade do Chile. Professor emérito no Instituto de Química da USP.

LUIZ NUNES DE OLIVEIRA é professor titular na Universidade de São Paulo. Atua em Física da Matéria Condensada.

RENATO H. L. PEDROSA é engenheiro de Eletrônica (ITA) e doutor em Matemática (UC Berkeley). É professor no Instituto de Geociências da Unicamp.

ROBERTO GOMES DE SOUZA BERLINCK graduou-se em Química pela Unicamp. É membro da Coordenação do Programa Biota-Fapesp.

universidades e instituições de ensino superior públicas, 59 mil trabalhavam em laboratórios e centros de pesquisa de empresas, 6 mil em laboratórios governamentais e 1,4 mil em entidades de ensino superior do setor privado sem fins lucrativos. Em 2017, o governo e as empresas privadas investiram em pesquisa e desenvolvimento (P&D) R\$ 81 bilhões (1,26% do PIB do ano). Desse valor, R\$ 41 bilhões vieram do governo, R\$ 39 bilhões de empresas e R\$ 2,3 bilhões foram aplicados por instituições particulares de ensino superior.

Assim, mesmo que seja preciso continuamente desenvolver o sistema brasileiro de C&T em quantidade e qualidade, já há no país um esforço substancial para se criar ciência e tecnologia, que tem trazido inúmeros resultados positivos. A pergunta preliminar, que antecede a crise da pandemia e que permanecerá com mais ênfase quando a crise terminar, é: seria possível obter ainda mais resultados desse sistema?

No mundo e no Brasil, a sociedade e as lideranças políticas responsáveis têm, até agora, buscado em resultados com base científica a orientação para as ações e direções a tomar. A contribuição de pesquisadores brasileiros na compreensão da pandemia e nas sugestões e recomendações ao poder público para enfrentá-la tem sido notável.

Pesquisadores do Brasil determinaram, em apenas 48 horas depois de identificado o primeiro caso local, a estrutura do RNA do vírus, permitindo conhecer características da infecção e o caminho do contágio. Profissionais e pesquisadores do Sistema Único de Saúde (SUS) trabalharam, muitas vezes em colaboração com colegas estrangeiros, para aperfeiçoar modelos epidemiológicos para orientar providências sanitárias. Empresas com capacidade tecnológica desenvolvida

localmente se engajaram na produção de respiradores e tomógrafos. Pesquisadores de universidades e institutos criaram protótipos de respiradores emergenciais de baixo custo. Universidades e institutos, como Butantan e Fiocruz, desenvolveram capacidade própria para desenvolver e coordenar testes diagnósticos. Não menos importante tem sido o papel de cientistas sociais e cientistas políticos, conhecedores dos desafios engendrados pela crônica desigualdade social existente no país. Tudo isso foi feito vencendo dificuldades, mas o que importa é que foi e está sendo feito.

Somente os países que possuem um sistema de Ciência e Tecnologia estruturado e um quadro de pesquisadores capaz de criar, incorporar e traduzir o conhecimento global são capazes de dialogar, interagir e colaborar com o melhor da ciência mundial em benefício de suas sociedades. Devido a investimentos em C&T iniciados há muito tempo, fundamentados na formação de pessoal técnico e pesquisadores bem qualificados, o Brasil tem duas instituições essenciais para acompanhar estes desenvolvimentos: a Fiocruz e o Instituto Butantan. O Butantan, por exemplo, tem capacidade para produzir anualmente 90 milhões de doses de vacina contra gripe, com conhecimento para a produção de vacinas contra vírus que afetam o sistema respiratório. As demandas surgidas da pandemia – vacina, fármacos antivirais, testes diagnósticos, equipamentos hospitalares, criação de estratégias e políticas públicas protetoras de vidas, otimização do sistema hospitalar – praticamente obrigam os pesquisadores experientes e as lideranças em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil a considerarem a necessidade de que, aprendendo com os dramáticos efeitos da pandemia, reflita-se

sobre como poderá ser o sistema nacional de C&T na fase posterior.

Um sistema de C&T integrado requer múltiplas entidades públicas e privadas, cada uma com seu foco e especialização, conectadas entre si e com as melhores do mundo. O sistema precisa ser capaz de criar a ciência fundamental e aplicada, a tecnologia e a inovação necessárias ao desenvolvimento local. Requer também a formação de pessoal com qualificação mundialmente competitiva. Tal sistema de C&T precisa funcionar segundo prioridades definidas de forma democrática, considerando o necessário equilíbrio entre as atividades de descoberta e construção de um estoque de conhecimento para ser usado no futuro (pesquisa fundamental) e atividades aplicadas à resolução de problemas emergentes e urgentes, com tecnologia e inovação muitas vezes baseadas em conhecimento criado anteriormente (pesquisa aplicada).

Quando se trata de problemas reais e complexos, os desafios a serem enfrentados, em geral, não podem ser superados somente com os conhecimentos de cada disciplina científica isoladamente, exigindo multidisciplinaridade. Ciências da natureza, ciências sociais e humanidades são simultaneamente necessárias para se obter resultados integrados e orientar as iniciativas políticas baseadas em evidências, enfrentando problemas como a fome, as desigualdades sociais, as mudanças climáticas, a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento de um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo ou a presente pandemia.

No cenário pós-pandemia, o Brasil pode ter, num bom sistema de C&T, integrado e democrático, um esteio para continuar criando benefícios à sociedade e ser, ao mesmo tempo, um ator globalmente relevante. É preciso aprender com o que foi feito até aqui

para consolidar um sistema articulado e eficaz de C&T e inovação, composto por entidades do setor público, por empresas fortes em P&D e por entidades particulares. Na recessão global que se prenuncia, países que focalizarem esforços no desenvolvimento de conhecimento, tecnologia e inovação terão melhores oportunidades para minimizar os impactos negativos sobre suas sociedades.

Desafios e oportunidades evidenciados pela pandemia

A pandemia da Covid-19 trouxe efeitos contraditórios no relacionamento entre a sociedade e a ciência e a tecnologia. A importância da ciência se tornou evidente para amplos setores e a colaboração entre pesquisadores de todo o mundo está sendo valorizada, mesmo com severas restrições à mobilidade internacional. A troca de informações tem sido facilitada por *pré-prints* e meios digitais. Por outro lado, em alguns países, e no Brasil, acontecem movimentos isolacionistas ou ligados a ideias negacionistas sobre a ciência e seus consensos.

A tendência de valorização da ciência é forte no Brasil. Cabe cautela especial sobre como a sociedade pode reagir em situações nas quais a ciência não traga, em tempo desejado ou em tempo algum, as soluções esperadas com previsível ansiedade. Por buscar compreender o desconhecido, a ciência e os cientistas não podem garantir sucesso sempre, muito menos na primeira tentativa. O que a sociedade aprendeu ao longo de alguns séculos de convivência com a ciência e a tecnologia é que, em geral, avança-se mais e sofre-se menos quando se presta atenção à ciência. Usamos aqui a expressão “prestar atenção” para evitar o vazo autoritário de impor à política obediência cega às re-

comendações da ciência. A ciência oferece alternativas baseadas em evidências, e a responsabilidade pelas decisões políticas deve ser assumida por quem tem o mandato democrático para tomá-las.

A urgência imposta pela disseminação do Sars-CoV-2 afastou a ciência da rotina de trabalho tradicional. Resultados passaram a ser comentados nas redes sociais antes mesmo da avaliação formal pelos pares, que seria o procedimento tradicional da ciência. O próprio sistema de avaliação foi pressionado, pela urgência e por uma elevada taxa de submissões à publicação, e expôs suas vulnerabilidades aos olhos de todos.

Os consensos científicos são estabelecidos arduamente, algo familiar ao pesquisador experimentado. Isto está visível no processo atual, pois a atenção dos meios de comunicação ao debate científico mostra à sociedade que a ciência não é feita de certezas, que parte essencial do método científico embute um sistema para correção de erros. Essas revelações serão instrutivas para alguns, mas os negacionistas da ciência proclamarão ter encontrado provas incontestes da inutilidade dos resultados científicos.

Adicionalmente, a escassez de recursos devido à recessão econômica afeta as fontes públicas de recursos para apoio à pesquisa e afeta também a capacidade de pesquisa em empresas. Além disso, interação e colaboração internacional em pesquisa enfrentam sérios obstáculos à mobilidade.

Três fatores determinantes: mais confiança na ciência, expectativa por aplicações a curto prazo, e a crise de financiamento

O debate sobre políticas para C&T e inovação no Brasil, desde já, é afetado

por três fatores fundamentais, com intensidade bem superior à que costumavam ter:

- 1) Aumento do interesse por – e do reconhecimento sobre a relevância da – C&T pela sociedade.
- 2) Aumento da expectativa de que se dirija a pesquisa a tratar de problemas urgentes e se ofereça benefícios em prazos mais curtos do que o de costume.
- 3) Restrição do financiamento público à C&T, inclusive do financiamento a universidades de pesquisa, ao lado de um potencial para o crescimento de P&D no setor empresarial.

Manter diretrizes e ações equilibradas será um desafio fundamental e gigantesco.

Outro desafio será estruturar o sistema de pesquisa para responder, concretamente, a questões como as que a emergiram com a Covid-19. Não se pode esquecer que a resposta da comunidade científica à pandemia foi possível graças ao investimento anterior em pesquisa fundamental e no treinamento de pessoal.

Parece-nos razoável supor que a sociedade demandará mais resultados para encarar dificuldades emergenciais. O desafio será associar pesquisa fundamental à pesquisa aplicada, para que ambas possam atender à demanda social. Redirecionar bruscamente os recursos de projetos fundamentais para projetos aplicados seria um caminho simplista e equivocado, que poderá levar à escassez de ideias novas mais adiante, quando os desafios mudarem, dando lugar a emergências imprevistas – como quase sempre são. Tal redirecionamento resultaria em conflitos e desestruturação de um comple-

xo de pesquisa que se beneficia do conhecimento fundamental. Como se tem visto, a relevante contribuição da ciência brasileira à mitigação da pandemia se deve à existência de pesquisadores treinados em ciência fundamental relacionada aos temas relevantes. Muitos dos desafios sociais atuais, bem como problemas futuros ainda desconhecidos, vão exigir que, ao lado de projetos aplicados, o investimento em ciência fundamental mundialmente competitiva seja mantido. O desafio é achar como.

Nos últimos 200 anos, vários exemplos demonstraram que a aplicação criteriosa dos métodos da ciência a problemas práticos pode conduzir a resultados fundamentais proeminentes. Para se tratar tais problemas os cientistas precisam trabalhar com médicos, engenheiros ou outros pesquisadores com vocação tecnológica. A busca pela solução minimiza barreiras disciplinares. Por exemplo, os reveses na luta contra a disseminação da Covid-19 nas regiões metropolitanas mais pobres mostraram que a ausência de planejamento com a participação de ideias e conhecimentos vindos das humanidades e ciências sociais empobrece e desarticula o trabalho.

A multidisciplinaridade acontece de forma muito mais efetiva quando há um problema específico a ser resolvido, ou minimizado. Com lideranças adequadas e condições favoráveis, grupos de pesquisa poderão colaborar para estudar problemas que afetam a sociedade. O bom resultado exigirá conhecimento fundamental que sustente avanços rumo à solução aplicada.

O uso mais frequente da ideia de “pesquisa orientada a problemas” pode, de forma natural, reduzir três antíteses artificialmente colocadas no planejamento sobre C&T no Brasil: uma é a oposição estéril entre pesquisa fundamental e pesquisa aplicada; a outra

é a contraposição equivocada entre as ciências naturais e as ciências sociais e humanidades; e a terceira é o confronto artificial entre mono e multidisciplinaridade. Além disso, a busca dos problemas a serem focalizados criará um interessante e, se bem conduzido, educativo debate na sociedade sobre como C&T podem contribuir para criar mais bem-estar para os brasileiros.

Muito mais difícil será fazer frente à restrição no financiamento à pesquisa, devido à queda de receita nas esferas de governos federal e estaduais. Serão necessárias ações criativas para mitigar esse problema.

No setor público, caso não se possa evitar a restrição no financiamento geral, serão necessárias estratégias que protejam o investimento em C&T, aumentando a qualificação do sistema e, ao mesmo tempo, diminuindo temporariamente a sua velocidade de expansão. Não cabe dúvida que o sistema precisa crescer, mas tal crescimento, em razão da crise, pode precisar ser mais lento por alguns anos.

Pesquisa em C&T na maioria dos países é financiada pelo Estado

No debate sobre as ações governamentais, será preciso deixar de lado uma ideia mitológica que frequenta o debate sobre financiamento à C&T no Brasil, qual seja, a de que o financiamento pelo setor privado pode substituir o do setor público. Sempre é bom lembrar que a pesquisa em universidades e institutos de pesquisa em praticamente todos os países que têm um sólido sistema de C&T é financiada pelo Estado, recebendo no máximo 10% de contribuição do setor empresarial. Nos EUA, por exemplo, o percentual de financiamento da pesquisa em universidades e institutos pú-

blicos, feito com recursos de empresas, nunca foi superior a 8%.

Por outro lado, um dos objetivos da política para C&T no Brasil tem sido, há muitos anos, o de instigar as empresas a aplicarem mais de seus recursos em seus próprios centros (ou departamentos ou grupos) de P&D. Em 2017, o dispêndio de empresas em P&D foi de quase R\$ 40 bilhões, ou 0,6% do PIB. Nos países que criam mais riqueza com tecnologia o percentual do PIB aplicado por empresas em P&D está, em geral, bem acima de 1% do PIB: Coreia do Sul, 3,62%, Japão, 2,52%, Alemanha, 2,09%, EUA, 2,04%, China, 1,65%, França, 1,42%, Reino Unido, 1,12% (valores de 2017, Main Science and Technology Indicators, OECD). Seria o momento para uma iniciativa agressiva crian-

do as condições para que, em alguns anos, empresas nacionais e estrangeiras no Brasil tripliquem o dispêndio interno em P&D.

Os desafios para a C&T no Brasil pós-pandemia não serão poucos. O financiamento público à pesquisa precisará ser gradualmente retomado para que os enormes ganhos adquiridos ao longo das últimas décadas não sejam perdidos. Será essencial também criar as condições macroeconômicas para que as empresas no país possam aumentar seus esforços em P&D e participarem de cadeias globais. O futuro da C&T do Brasil deverá estar mais conectado à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, a redução da desigualdade e a maior inserção do Brasil no mundo.

Por Que e Como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Podem Ajudar

.....

JORGE ARBACHE
MARCELO DOS SANTOS¹

Para além dos impactos sanitários, a pandemia da Covid-19 também tem tido impactos econômicos extensos, profundos e sem precedentes. Os desafios da crise de emergência sanitária já estão mapeados, com necessidades de equipamentos médicos e hospitalares, testes, novos leitos, equipes especializadas, dentre outros. Do lado econômico, os desafios emergenciais envolvem recursos de apoio à liquidez das empresas e dos mercados financeiros, apoio para governos locais e para trabalhadores que perderam empregos, apoio para trabalhadores por conta própria cujas rendas contraíram, dentre outros. Esta é a realidade de praticamente todas as regiões afetadas e, também, a da América Latina.

Porém, a crise econômica associada à pandemia chegou num momento já bastante delicado para a nossa região, que já enfrentava desaceleração econômica, queda

.....
JORGE ARBACHE é vice-presidente de Setor Privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

MARCELO DOS SANTOS é executivo principal da vice-presidência de Países, representação no Brasil do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

das exportações, aumento da informalidade, da pobreza e da desigualdade, crises fiscais e perspectivas de crescimento econômico modesto. Este também é o caso do Brasil. Em dezembro de 2019, a Cepal projetava crescimento de 1,3% para a região em 2020; hoje, estimativas de fontes distintas apontam contração entre 5% e 7,5%. Para o Brasil, estima-se contração de 8%. As consequências para o PIB per capita da região poderão, portanto, ser devastadoras.

Ainda que os custos econômicos e fiscais das medidas de emergência sejam muito elevados, parece cada vez mais provável que os custos da fase de recuperação da economia possam ser ainda maiores. Isto porque há crescente consenso de que a retomada econômica por aqui não será em “V”. Há, isto sim, crescente consenso de que a trajetória da recuperação será caracterizada por algo semelhante ao logotipo da Nike, ou seja, uma forte queda da atividade econômica acompanhada por lenta recuperação.

As causas da lenta recuperação seriam muitas, incluindo debilidades econômicas

.....
1. As opiniões no artigo são pessoais e não necessariamente expressam as opiniões do Diretório da CAF. 10/6/2020.

pretéritas à crise, deterioração das condições fiscais com poucos espaços para novas ações públicas, destruição de ativos produtivos tangíveis e intangíveis, queda da produtividade, provável forte elevação do desemprego estrutural e da informalidade, preços deprimidos das commodities, crescente protecionismo em nível global, baixas taxas de poupança e de investimento e incertezas políticas.

A quarentena provavelmente cobrará o seu preço na fase de recuperação em razão dos seus impactos nas cadeias de produção e de pagamentos, nos sistemas logísticos, na provisão e manutenção de serviços públicos essenciais, na manutenção de infraestruturas e investimentos críticos, nos serviços públicos administrativos, dentre tantos outros serviços necessários para o pleno funcionamento dos sistemas econômicos e dos mercados. Também parece razoável assumir que a fase de recuperação poderá ser caracterizada por uma espécie de “congestionamento” de necessidades simultâneas e complexas, com poucos espaços de tempo para sequenciamento de ações e de reformas. De outra forma, os gestores de política econômica estão sendo confrontados com desafios sem precedentes e estão tendo que “aprender fazendo”.

Reformas estruturais, instrumentos de estímulo cuidadosamente desenhados e calibrados e focados em áreas de mais alto impacto na economia real, recursos humanos capacitados, capacidade de execução, capacidade de gestão e de coordenação e alinhamento dos atores envolvidos estão entre os requerimentos necessários não apenas para que a recuperação seja abreviada e bem-sucedida, mas para que possa ser aproveitada como oportunidade para a promoção de ajustes e reformas que contribuam para aumentar a resiliência da economia, a pro-

ductividade, a competitividade e o emprego formal de forma sustentada.

Em vista das novas tendências globais, dever-se-ia aproveitar a fase de recuperação para realçar esforços em ao menos quatro direções: primeiro, reformar as regras fiscais com a orientação de proteger o investimento público como variável fundamental para reduzir a desigualdade e aumentar a eficiência; segundo, enfrentar de uma vez por todas os desafios de alcançar uma integração regional pragmática com base em corredores logísticos e cadeias de valor; terceiro, enfrentar o desafio de fechar o fosso digital em nossos países que, infelizmente, continua a se expandir e; em quarto lugar, buscar um novo pacto social que reduza as altas desigualdades na distribuição de renda, reconhecendo, ao mesmo tempo, a necessidade de formalizar economias e promover investimentos e o trabalho.

Num contexto de forte pressão por resultados, os gestores de políticas econômicas poderão se beneficiar do apoio de distintas instituições técnicas especializadas, ali incluídos antigos aliados: os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD). Esta nota tem como objetivo discutir brevemente por que e como os BMD podem colaborar para a fase de recuperação, com ênfase em temas do setor privado.

Por que os BMD podem ajudar?

Os BMD estão preparados para adotar ações coordenadas com governos e apoiá-los na mitigação dos efeitos da pandemia e nos programas de recuperação econômica. De fato, os BMD estão bem posicionados para aquelas tarefas, e razões para isto não faltam. Primeiro, os BMDs são conhecidos pela sua elevada governan-

ça interna, reputação, capacidade técnica e neutralidade política.

Segundo, a solidez e a prudência na gestão fiduciária e de riscos e o status de credores preferenciais permitem que os bancos tenham acesso a *fundings* a custos relativamente baixos, o que lhes permite transferir aquele benefício para as suas operações.

Terceiro, os BMD normalmente oferecem uma gama de instrumentos e soluções com condições atraentes e prazos longos, bem como têm apetite a risco para apoiar e fomentar operações que, de outra forma, teriam mais dificuldades para serem financiadas – ali incluem-se projetos com elevado impacto social e econômico, como as infraestruturas. Da mesma forma, apoiam projetos de clientes com menor acesso a mercado de crédito, como instituições microfinanceiras e empresas públicas de governos subnacionais.

Quarto, os BMD funcionam como catalisadores de recursos de terceiros, com amplo histórico de atração de outros bancos, fundos de pensão, fundos soberanos e outros para financiar infraestruturas e outros projetos.

Quinto, os BMD têm reconhecida capacidade de articulação de atores relevantes, públicos, privados, academia e terceiro setor, o que pode contribuir para o desenho de soluções, colaborações e parcerias para o enfrentamento de crises.

Sexto, os BMD têm quadros funcionais altamente capacitados e experientes e com grande conhecimento do terreno, o que contribui de forma decisiva para que possam dar respostas adequadas e prontas às distintas realidades e necessidades, lançando mão de instrumentos e soluções financeiras e não financeiras inovadoras ou já testadas e comprovadas em outros países.

Sétimo, os BMD têm equipes especializadas em áreas pertinentes à recuperação

da economia, incluindo assessoramento e estruturação financeira, cooperação técnica especializada e apoio na estruturação de projetos.

Esses atributos posicionam os BMD como aliados naturais na fase de recuperação da crise econômica da Covid-19.

Como os BMD podem ajudar?

Em resposta aos primeiros impactos da Covid-19, foram levadas a cabo uma série de iniciativas, públicas e privadas, que visaram mitigar os seus impactos sanitários e nas economias. Do lado público, apesar das restrições orçamentárias, foram tomadas, e ainda estão sendo implementadas, medidas tanto em nível fiscal como monetário para prover liquidez e evitar dificuldades e falências nos sistemas produtivos. Do lado privado, as empresas têm feito enormes esforços de adaptação e adequação ao novo cenário e estão adotando de forma acelerada novas práticas operacionais, de gestão e tecnológicas.

Os BMD, por sua vez, estruturaram programas para apoiar os países membros e clientes privados na fase mais aguda da pandemia; agora, estão trabalhando para apoiá-los na fase de recuperação. De fato, os bancos mobilizaram vultosos recursos e os colocaram à disposição dos governos em operações de avaliação e desembolso rápidos a taxas atrativas.

O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), por exemplo, aprovou linhas de crédito emergencial de apoio orçamentário e operações de rápido desembolso que somaram quase US\$ 4 bilhões, além da aprovação de fundos não reembolsáveis. Outros BMD também avançaram com ações importantes e, dentre eles, o Banco Mundial comprometeu-se a disponibilizar linha

emergencial de financiamento para todas as regiões em que opera, que poderá chegar a US\$ 160 bilhões; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mobilizou US\$ 3,2 bilhões e outros recursos e instrumentos para a nossa região; e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) disponibilizou ao menos US\$ 1 bilhão para o Brasil. Estima-se que o Brasil terá acesso a, ao menos, US\$ 4,2 bilhões em novos recursos financeiros em operações soberanas e a outros tantos recursos em operações não soberanas para apoiar a recuperação econômica.

Vale ressaltar que aqueles recursos contam com algum grau de concessionalidade, dado que as taxas de emissões no mercado de capitais internacional subiram em razão da crise. Não obstante, embora alguns bancos também tenham sido impactados pelo aumento do prêmio de risco, não houve majoração nas condições de financiamento ou houve majorações pontuais nos casos de operações não soberanas, reforçando o papel anticíclico dos BMD.

Com o início da fase de relaxamento das medidas de confinamento e a entrada em execução de planos de reabertura da economia, faz-se, agora, necessário o planejamento de medidas e intervenções específicas de apoio à recuperação econômica.

Se a fase emergencial requereu providências razoavelmente bem identificadas, distintos países requererão providências de recuperação adequadas às suas realidades econômicas, sociais e mesmo locais. Uma cidade como São Paulo, por exemplo, com o seu imenso parque industrial castigado pela crise, requer medidas de reativação distintas daquelas do Rio de Janeiro, com forte influência do setor de óleo e gás, ou de Goiânia, influenciada pelo agronegócio. Mas, tão ou mais importantes que o perfil setorial são

temas demográficos e de renda e a composição das empresas nacionais e locais. De fato, tamanho, estágio tecnológico, acesso a crédito, acesso a cadeias de suprimentos e serviços especializados, estágio de internacionalização, dentre outros, ajudam a determinar os contornos dos desafios e as necessidades específicas para uma recuperação econômica sustentada.

A recuperação econômica requer a identificação de medidas críticas para o restabelecimento dos mercados. Neste sentido, ao menos dois conjuntos de medidas são necessárias. De um lado, novos recursos de liquidez para apoiar sistemas financeiros dirigidos à economia real, manutenção e investimentos pontuais em infraestruturas, serviços públicos e logística. De outro lado, planejamento e capacidade de execução, revisões e reformas regulatórias e desenvolvimento e implementação de produtos financeiros e não financeiros para apoiar a retomada das empresas e o investimento. Mirando naqueles conjuntos de medidas, várias ações estão em fase de preparação pelos BMD e, a seguir, compartilha-se de forma não exaustiva algumas daquelas iniciativas.

A CAF está focando em ações de apoio à produtividade. Neste sentido, estruturou um programa orientado ao apoio financeiro e técnico especializado aos bancos de desenvolvimento nacionais e subnacionais. Os recursos serão destinados prioritariamente às micro, pequenas e médias empresas. Um segundo programa visa apoiar empresas microfinanceiras, visando dar-lhes melhores condições de liquidez e beneficiando, desta forma, os seus clientes finais. Com vistas a encorajar a agenda de infraestruturas, a CAF também aumentará o apoio às concessões e projetos e parcerias público privadas.

Outros BMD também estão desenvol-

vendo programas ambiciosos de apoio à reativação do setor privado e do investimento. O IFC – International Finance Corporation, membro do grupo Banco Mundial, disponibilizou instrumentos de investimento patrimonial e financiamento focados em suporte a indústrias críticas, como manufatura, agronegócio e serviços; suporte ao comércio exterior de pequenas e médias empresas, provendo garantias às instituições financeiras que operam com este grupo de empresas; suporte para empresas acessarem capital de giro para cumprir com suas obrigações; e suporte aos bancos locais, tanto no fornecimento de recursos financeiros, quanto com instrumento de compartilhamento de riscos para que aquelas instituições sigam financiando empresas.

O BID, através do BID-LAB, que é o laboratório de inovação do grupo para apoiar projetos inovadores e empreendimentos em estágio inicial, está articulando ferramentas e soluções para ajudar a região a suavizar os efeitos colaterais e econômicos da crise. Entre as várias iniciativas, estão o mapa do ecossistema de empreendedorismo, que identifica soluções e respostas de *startups* e empreendedores à Covid-19 na região. Nesta mesma toada, a CAF lançou um novo fundo de apoio a *startups* que estão desenvolvendo inovações e soluções úteis para acelerar a transformação digital de micro, pequenas e médias empresas e soluções para melhorar a gestão e a governança pública.

Os BMD estão desenvolvendo novos estudos técnicos para brindar conhecimento e apoio ao desenho e à implementação de reformas de políticas públicas essenciais para a fase de recuperação econômica. De fato, muito tem sido produzido com visão prática e executiva em temas como garantias, microfinanças, infraestrutura, apoio a micro,

pequenas e médias empresas, melhoria dos serviços públicos, transformação digital, dentre outras áreas. Também foram disponibilizadas plataformas que funcionam como repositórios de materiais para orientar o setor privado, governos e a sociedade civil no avanço da compreensão dos impactos da pandemia e de medidas de recuperação econômica, além de oferecer estudos técnicos para ajudar a projetar e implementar políticas públicas eficazes e focadas em impacto.

Por fim, os BMD também estão desenvolvendo cooperações técnicas para complementar financiamentos e elevar a qualidade e o desenho de projetos, ajustes em regulações e outras medidas, de forma a criar o entorno propício para maximizar impactos.

Em conclusão

Os desafios de mitigar os efeitos da crise da Covid-19 são enormes e sem precedentes. Os BMD são aliados de primeira hora para apoiar os governos e o setor privado nos desafios de abreviar os custos e acelerar a recuperação das economias, bem como promover um crescimento econômico mais sustentado, sustentável e harmônico.

No Brasil, os BMD estão apoiando o governo federal, governos subnacionais, bancos de desenvolvimento locais, bancos comerciais e empresas estatais e privadas com recursos financeiros e não financeiros, assistência técnica e outros esforços contribuindo, desta forma, para que a economia retorne à normalidade no mais curto período e que saia da crise mais forte e resiliente.

Por fim, a contribuição dos BMD será tão mais proveitosa quanto mais e melhor o país souber trabalhar com estas instituições, identificando áreas de interesse e formas de otimizar e potencializar os seus aportes e soluções.

A Reconstrução do Brasil Depois da Covid-19

.....
RUBENS BARBOSA

As análises e os estudos das principais organizações internacionais e *think tanks* sinalizam que a pandemia pode estender-se por um período maior do que o antecipado. A vacina contra a Covid-19 está prometendo tardar para ser comercializada.

A recuperação do Brasil não vai ser rápida, nem o país sairá mais forte, como alguns anunciam. Ela vai depender, em especial, de dois fatores: a forma de como a economia global vai voltar a crescer, o tempo que demorará para voltar a um mínimo de normalidade e, em especial, o grau de preparação interna para as medidas que deverão ser tomadas para criar condições de retomada da atividade econômica.

Os efeitos sobre o Brasil hão de perdurar por muito tempo, caso medidas drásticas não forem tomadas. É tempo de repensar nossas vulnerabilidades e aproveitar para passar o Brasil a limpo, de modo a modernizá-lo com menor desigualdade regional e social. E também definir o lugar do Brasil no mundo e sua inserção de for-

ma competitiva nos fluxos dinâmicos do comércio internacional.

O governo criou um grupo de trabalho (GT) para a coordenação de ações estruturantes e estratégicas para recuperação do crescimento e desenvolvimento. O GT, presidido pela Casa Civil, deveria ser o efetivo catalizador dos esforços visando à recuperação da economia e liderar, em nome do presidente da República, a efetiva coordenação entre representantes dos três poderes, dos órgãos reguladores e outros que interferem no processo administrativo. O GT, que deverá apresentar um plano de trabalho em 90 dias, poderá propor ações estruturantes, atos normativos e medidas legislativas para a retomada das atividades afetadas pela Covid-19 em âmbito nacional; articular com estados, municípios, Distrito Federal, empresas públicas e privadas, bem como com entidades sem fins lucrativos, propostas de ações coordenadas para a retomada das atividades em âmbito nacional. O Ministério da Economia começou a traçar cenários e a fazer estimativas para o *day after* que, espera-se, devam estar articulados com o GT. Em abril, no meio da crise que cercou a saída do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o

.....
RUBENS BARBOSA é presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e editor responsável desta Revista. Foi embaixador do Brasil em Londres e em Washington.

governo decidiu lançar, talvez sem preparação adequada, o programa Pró-Brasil para a recuperação da economia baseado apenas em projetos de infraestrutura. Sem indicar as fontes de financiamento, nem assegurar um marco regulatório que confirme a segurança jurídica a investidores externos, a proposta foi criticada pelo ministro da Economia, na famosa reunião ministerial de 22 de abril, e não se sabe seu destino.

As atividades desse grupo deveriam envolver nos próximos três meses os diferentes segmentos da sociedade: governo, Congresso, economistas, empresários, trabalhadores e instituições técnicas especializadas. Será importante conseguir um consenso mínimo para agilizar a implementação de políticas e de medidas essenciais com o objetivo de retomar o crescimento, reduzir o desemprego e aperfeiçoar as funções do Estado, que, em um primeiro momento, tenderá a ocupar um espaço maior. A indústria, a agricultura e os serviços continuarão afetados por muito tempo e dependerão da eficácia das medidas adotadas.

É sintomático – e um desafio para outras forças políticas – que o principal partido de oposição, PT, tenha decidido também engajar-se nessa discussão e dar início à discussão e à formulação de um projeto de retomada econômica, geração de empregos, reconstrução do Estado e da soberania nacional.

Durante a primeira fase, de combate ao vírus e de luta para salvar vidas e melhorar o sistema de saúde, e na segunda fase, de saída do isolamento, governo e Congresso tomaram medidas que terão impacto quando começar a discussão da terceira fase, a da recuperação. Auxílio emergencial para autônomos e informais, crédito e isenções a empresas grandes, médias e pequenas, crédito a microempresas, apoio emergencial aos estados e municípios e em áreas consideradas essenciais, apesar das

dificuldades operacionais, criaram condições para reduzir o impacto e evitar que a situação saísse do controle, com um custo que deve passar dos R\$600 bilhões. O orçamento de guerra para 2020 deveria absorver os gastos necessários para a saúde e a preservação das empresas e do emprego. O orçamento para 2020-2021 deverá manter os parâmetros legais, inclusive o do teto de gastos, com a flexibilidade permitida para crises como a que estamos atravessando. Não podemos perder tempo com discussões acadêmicas entre fiscalistas e expansionistas relacionadas com o controle ortodoxo dos gastos. A França e a Inglaterra, insuspeitas quanto ao controle de seus déficits fiscais, não hesitaram em abrir os cofres públicos e despejar de helicóptero (para usar expressão de Milton Friedman) recursos financeiros na economia. O governo brasileiro vai ter de injetar os recursos que forem necessários para ativar a economia e criar condições para que o setor privado também invista em projetos para estimular a volta ao crescimento.

A partir das medidas emergenciais já tomadas e das iniciativas para a retomada da economia, o governo, no âmbito do Grupo de Trabalho, não terá alternativa senão temperar as prioridades das políticas liberais do Ministério da Economia com necessidades de base keynesiana para estimular o crescimento e o emprego.

Na fase de reconstrução, alguns pressupostos deverão ser observados para permitir um amplo programa de obras públicas, de investimentos em inovação por parte das empresas, de redução das desigualdades, com a manutenção do equilíbrio federativo:

- realismo na necessidade de utilização de recursos públicos sem dogmas ortodoxos, como admitiu o ministro da Economia ao mencionar a possibilidade de ampliar a base monetária com a impressão de dinheiro;

- austeridade fiscal em todos os níveis – federal, estadual e municipal;
- aumento inicial da participação do Estado como indutor da atividade econômica, com maior eficiência e transparência;
- crescente participação do setor privado na economia;
- manutenção do auxílio financeiro aos mais pobres (renda mínima).

O Executivo – levando-se em conta o pacto federativo – tem um compromisso inadiável com a aprovação e execução de reformas (sobretudo a tributária e a administrativa) e medidas regulatórias, simplificação e desburocratização para aumentar a competitividade da economia, tornar mais ágeis as agências reguladoras e tornar efetivas as prometidas desestatizações e vendas de centenas de empresas estatais, paraestatais e concessões de serviços públicos.

Em vista do impacto negativo da crise sobre a economia em todos os países e a fragilidade do setor privado, será inevitável o crescimento do papel do Estado como indutor do investimento público e privado. A exemplo do que ocorre nos EUA e na Europa, o governo central deverá aumentar seu gasto para estimular a recuperação da economia com impacto fiscal inevitável pela flexibilização de medidas de contenção fiscal, mas com políticas para o controle das contas públicas de médio prazo (âncora fiscal). No caso do Brasil, à luz das políticas liberais do governo, a ênfase está colocada na importância da participação do setor privado na fase de recuperação. O envolvimento do setor privado e de organismos financeiros internacionais como o Brics, o Banco da CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina), o BID e o Banco Mundial, contudo, não será automático e dependerá de condições mínimas de segurança jurídica para o investimento, de

prioridade em relação a projetos de concessão e obras públicas e de sinalização clara de transparência no trato com o governo.

Será indispensável um trabalho conjunto e coordenado com o Congresso para avançar nas medidas legislativas essenciais para criar condições para atrair investimentos do setor privado interno e externo e gerar empregos. O papel do Congresso – Câmara de Deputados e Senado – será crucial no exame e na discussão de agenda de modernização do país. A gravidade da crise, que afetou a todos, exigirá agilidade e rapidez dos legisladores para que se avance nos projetos até o final do ano. Com a tendência a maior informalidade e pobreza na saída da pandemia, será inevitável, na área social, discutir como tornar permanente o programa de auxílio emergencial para dar proteção a quase 80 milhões de beneficiários ou outras medidas, como uma renda mínima para todas as crianças. A gravidade da crise, que afetou a todos, exigirá menos atritos entre os poderes e mais agilidade e rapidez dos legisladores para discutir essas agendas ainda este ano.

Vulnerabilidades

Será importante, igualmente, que o Grupo de Trabalho leve em conta as vulnerabilidades que se tornaram mais evidentes com a crise pandêmica.

A desigualdade social se tornou o “óbvio ululante”, no dizer de Nelson Rodrigues, pelos problemas de saúde, saneamento, habitação, educação e renda. A questão começou a ser atacada com o programa Bolsa Família e agora com uma renda mínima (R\$600), que tenderá a ser estendida. Um programa de parceria público-privada nas outras áreas poderia começar a focalizar esse grande atraso na sociedade brasileira.

A questão da fiscalização sobre os serviços públicos, em obras públicas e requisitos sanitários e fitossanitários, em especial, deveria merecer especial atenção para melhorar a eficiência governamental em todos os níveis – federal, estadual e municipal, para dar segurança às empresas e à população.

A segurança alimentar deveria ser priorizada para superar a dependência externa de um produto estratégico por afetar a mesa de todos os brasileiros, que têm no pão e nas massas sua alimentação básica. O trigo, matéria-prima para a produção da farinha, é o único grão que não é produzido para atender plenamente ao consumo doméstico. Sessenta por cento do trigo consumido no Brasil é importado. Desse total, 85% vem de um único fornecedor, a Argentina. Impõe-se o exame de uma política nacional para o trigo que estimule a produção interna, diversificando as áreas plantadas e as variedades de sementes.

A percepção externa sobre o Brasil está afastando o país de importantes discussões nas áreas de saúde e meio ambiente. Como resultado de políticas internas nessas e em outras áreas, o *soft power* nacional está sendo afetado, e atitudes negativas poderão ser tomadas contrárias a nossos interesses, como poderá acontecer na ratificação de acordos comerciais. Urge levar isso em conta.

Desafios externos

O Brasil terá finalmente de superar os desafios externos no momento da recuperação do crescimento, pois nenhum país é uma ilha. A fronteira entre as políticas econômico-financeiras e comerciais globais e as políticas econômicas internas dos países desapareceu e os formuladores de políticas no Brasil não podem deixar de levar isso em conta.

A recessão global vai ser profunda e demorada. As projeções dos principais organismos internacionais (FMI, OCDE, OMC) são muito preocupantes. Nos próximos meses e anos, o mundo estará em recessão ou, na pior das hipóteses, em depressão. Em 2020, o FMI projeta forte queda do crescimento da China, 6%, nos EUA, 7%, na Alemanha, 7%, no Japão, 5% e no Brasil, entre 7% e 10%. Em 2021, dependendo da duração da pandemia, a projeção continuará a ser muito negativa. Segundo o Banco Mundial, as economias de baixa renda e dos mercados emergentes deverão continuar debilitados até cinco anos após o início da pandemia e as medidas de confinamento associadas à doença. As consequências sobre a economia e o comércio internacional poderão ser devastadoras, com grave queda do crescimento e do desemprego global. Com isso, os efeitos da pandemia poderão ser mais duradouros e severos do que o esperado e acarretarão forte impacto no Brasil.

Nas discussões sobre as perspectivas do Brasil no médio e longo prazos, deve-se levar em conta que somos uma das dez maiores economias do mundo em termos de Produto Nacional Bruto, com o quinto território e a sexta população global.

A abertura da economia, por meio da negociação de acordos comerciais, como os negociados com a União Europeia e a Área de Livre Comércio da Europa (EFTA) deveria ser acompanhada de políticas para a reindustrialização, com medidas concretas de apoio à inovação e à tecnologia. A licitação da tecnologia 5G ainda em 2020 deverá acelerar a modernização da indústria brasileira para aproximá-la do estado da arte (4.0), hoje privilégio de menos de 2% das empresas. Por outro lado, com isso, desaparecerão empregos e novos surgirão, o que vai demandar

uma ação governo-setor privado para requalificação de mão de obra.

Para não dificultar a expansão do comércio de alimentos no agronegócio, ajustes na política de meio ambiente, com medidas e ações concretas para preservar a floresta amazônica, deverão ser implementadas para evitar o risco de não ratificação desses acordos comerciais por parlamentos cada vez mais influenciados por partidos verdes contrários à aprovação de acordos com o Brasil. O plano de recuperação da União Europeia, depois da Covid-19, inclui uma política industrial e uma política ambiental (European Green Deal), que, entre outras medidas, prevê punição para empresas que importarem produtos provenientes de áreas de desmatamento florestal.

A tendência ao protecionismo deveria ser evitada internamente e combatida externamente em paralelo à implementação de uma agenda de competitividade para melhorar a performance no exterior dos produtos brasileiros, em especial os industriais.

O Brasil, no esforço de recuperação, deve procurar aproveitar as oportunidades que vão se abrir, como por exemplo, na exportação de alimentos de maior valor agregado, na inserção nas cadeias de valor agregado em vista da busca de descentralização da produção quase monopolística da China, em equipamentos médicos e produtos farmacêuticos. Impõe-se definir, acima de preconceitos ideológicos, uma estratégia de política externa e de comércio exterior com a China, segunda economia e maior importador do mundo, sem tomar partido na “guerra fria tecnológica” em curso com os EUA.

A base industrial existente no Brasil, a mais diversificada no hemisfério Sul, poderia se beneficiar de um esforço coordenado

entre governo-instituições financeiras-empresas privadas para abrir mercados com objetivo de ampliar o suprimento a outros países.

Conclusão

A ausência de liderança e de uma clara visão estratégica de médio e longo prazos, levando em conta os desafios internos e externos para a condução do processo de recuperação do país, podem impedir que medidas duras sejam tomadas para fazer o Brasil superar o impacto da crise. Não existe vácuo em política. Alguém terá de ocupar esse espaço.

Será importante conseguir um consenso mínimo para agilizar a implementação de políticas e de medidas essenciais com o objetivo de retomar o crescimento, reduzir o desemprego e aperfeiçoar as funções do Estado. Não se pode esperar uma adesão de todos ao programa do governo que vier a ser aprovado, pela radicalização das posições em vista da divisão política existente hoje. Apesar disso, o interesse nacional, acima de partidos e ideologias, com visão de médio e longo prazos, deveria ser a tônica das discussões.

Caso a situação política não permita o avanço dessa agenda, a alternativa será o aprofundamento da crise econômica, política e social com a paralisia do governo federal e dos estados e municípios, com alto custo para a população.

Nada é mais difícil de executar, mais duvidoso de ter êxito ou mais perigoso de manejar do que dar início a uma nova ordem de coisas, já ensinava Maquiavel. Essa lição de realismo deveria ser seguida hoje pelos formuladores de políticas em Brasília.